



>> Setembro 2023

JUNTOS, VAMOS MAIS LONGE: **UMA ABORDAGEM DE PARCERIA EM PROL DA IGUALDADE** **DE GÉNERO**

ÍNDICE

Lista de Acrónimos e Abreviaturas	1
Introdução	2
Secção 1. GPE 2025, o contexto global e a importância da igualdade de género	3
1.1. Contexto global da igualdade de género e da educação	3
1.2. Liderança política em matéria de igualdade de género na educação	5
1.3. GPE 2025	6
1.4. Abordagem da GPE para promover um sistema com capacidade de transformação em matéria de género	6
Secção 2. Operacionalizar a igualdade de género	13
2.1. A abordagem operacional da GPE em matéria de igualdade de género	13
2.2. “Pontos de entrada” da GPE em matéria de igualdade de género	16
2.3. Os recursos da GPE no âmbito do apoio à igualdade de género	20
2.4. Princípios orientadores da GPE para a implementação da igualdade de género	23
2.5. Continuum da igualdade de género utilizado no diálogo da GPE	27
Secção 3. Responsabilização mútua em matéria de igualdade de género	28
3.1. Responsabilização da GPE em matéria de igualdade de género	28
3.2. Responsabilização mútua em matéria de igualdade de género no contexto de um modelo de parceria	30
3.3. Funções e responsabilidades dos parceiros da GPE em matéria de igualdade de género	30
Secção 4. Conclusão	35
Glossário	36
Anexo 1: Recursos e ferramentas suplementares para apoiar a operacionalização dos objetivos de igualdade de género	38

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AGEE	Responsabilização em matéria de Igualdade de Género na Educação (<i>Accountability for Gender Equality</i>)
ALIGN	Progresso na Aprendizagem e na Inovação ao nível das Normas de Género (<i>Advancing Learning and Innovation on Gender Norms</i>)
ANCEFA	Campanha da Rede Africana de Educação para Todos (<i>Africa Network Campaign on Education for All</i>)
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAMFED	Campanha para a Educação Feminina (<i>Campaign for Female Education</i>)
CTE	Cimeira para a Transformação da Educação
ECW	A Educação Não Pode Esperar (<i>Education Cannot Wait</i>)
Educação 2030	A Declaração de Incheon e o Marco de Ação para a Educação 2030
EIE	Educação em Situações de Emergência (<i>Education in Emergencies</i>)
FAWE	Fórum de Mulheres Africanas pela Educação (<i>Forum for African Women Educationalists</i>)
FCDO	Ministério das Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento (<i>Foreign, Commonwealth and Development Office</i>)
GCI	Iniciativa "Prioridade à Igualdade de Género" (<i>Gender at the Centre Initiative</i>)
GEA	Acelerador para Educação de Raparigas (<i>Girls' Education Accelerator</i>)
GENIA	Rede para o Género na Educação na Ásia-Pacífico (<i>Gender in Education Network in Asia-Pacific</i>)
GES	Retrato da Igualdade de Género na Educação (<i>Gender Equality in Education Snapshot</i>)
GESI	Igualdade de Género e Inclusão Social (<i>Gender Equality and Social Inclusion</i>)
GLE	Grupo Local de Educação
GPE	Parceria Global para a Educação
GPE 2025	Plano Estratégico da GPE 2021 - 2025
IIEP	Instituto Internacional para o Planeamento da Educação (<i>International Institute for Educational Planning</i>) da UNESCO
INEE	Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (<i>Inter-agency Network for Education in Emergencies</i>)
KIX	Intercâmbio de Conhecimentos e Inovações
ND-GAIN	Iniciativa de Adaptação Global de Notre Dame (<i>Notre Dame Global Adaptation Initiative</i>)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos
ODI	Instituto para o Desenvolvimento no Estrangeiro (<i>Overseas Development Institute</i>)
ODS	objetivo de desenvolvimento sustentável
Ofsted	Departamento para as Normas na Educação, Serviços e Competências para as Crianças (<i>Office for Standards in Education, Children's Services and Skills</i>)
ONG	organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	organizações da sociedade civil
QAR	Análise de garantia da qualidade (<i>quality assurance review</i>)
REAL Centre	Centro de Pesquisa para o Acesso e Aprendizagem Equitativos (<i>Research for Equitable Access and Learning</i>)
SRGBV	Violência de Género em Contexto Escolar (<i>school-related gender-based violence</i>)
UIS	Instituto de Estatística da UNESCO
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNGEI	Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Raparigas
UNHCR	Agência das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional
WIDE	Base de Dados Mundial sobre a Desigualdade na Educação (<i>World Inequality Database on Education</i>)

INTRODUÇÃO

A Parceria Global para a Educação (GPE) é o maior fundo de envergadura mundial dedicado, exclusivamente, a transformar a educação nos países de baixos rendimentos. A GPE atinge este objetivo através de um modelo de parceria estabelecido com as múltiplas partes interessadas, reunindo, simultaneamente, doadores, instituições multilaterais, representantes da sociedade civil e da classe docente, bem como o setor privado, com o objetivo de apoiar os governos nacionais através de uma abordagem fundamentada na responsabilização mútua.

A GPE define como seu objetivo “produzir resultados rápidos em termos de acesso, da aprendizagem e da igualdade de género no setor da educação, por meio de sistemas educativos equitativos, inclusivos e resilientes, adequados ao século 21”. [GPE 2025](#)

Inserido nessa abordagem de parceria, o Plano Estratégico GPE 2021–2025 (GPE 2025) encara a igualdade de género como uma prioridade central para a transformação da educação. Esta estratégia destaca que a GPE irá ajudar os países a identificar e a combater, sistematicamente, as barreiras à educação que têm efeitos diferenciados nos rapazes e nas raparigas, colocando a igualdade de género no centro da planificação e da implementação dos sistemas educativos.

A GPE insiste, igualmente, no papel desempenhado pelos parceiros com o intuito de “não deixar ninguém para trás”.

A missão da GPE consiste em “mobilizar parcerias e investimentos que permitam transformar os sistemas educativos dos países em desenvolvimento, sem deixar ninguém para trás”. [GPE 2025](#)

A GPE mobiliza as partes interessadas ao nível dos sistemas educativos, criando, assim, oportunidades para que estes possam influenciar e tirar partido do papel que a igualdade de género terá na planificação e implementação dos sistemas de educação. Uma abordagem de parceria para a igualdade de género implica o reconhecimento do papel único que cada parceiro desempenha na defesa da igualdade de género dentro dos processos da GPE. Uma parte vital desta parceria, assenta, essencialmente, na capacidade dos seus membros se responsabilizarem mutuamente em cada uma dessas funções.

Objetivo do documento

Este documento visa dar resposta ao feedback recebido por parte dos parceiros nacionais e mundiais da GPE que solicitam clarificações quanto à questão da ambição de “integração das questões de género”, promovida na GPE 2025, e a forma como esta é materializada através da abordagem de parceria. Este documento não tem como objetivo definir uma nova estratégia para a igualdade de género. Pretende, no entanto, ser encarado como um documento operacional, que visa salientar as ações tangíveis que estão a ser realizadas através do modelo operacional da GPE. O documento analisa, igualmente, questões relacionadas com as funções e responsabilidades dos parceiros na integração das questões de igualdade de género, tendo por base um modelo de responsabilização mútua.

A GPE 2025 adota uma abordagem fundamentada no conceito “aprender e adaptar” em todas as fases e processos da parceria e aporta uma ambição arrojada para a igualdade de género que é tratada de forma operacional neste documento. Este documento reconhece, igualmente, que a questão de género é uma de múltiplas características com impacto direto no acesso à educação e aos resultados da aprendizagem de cada criança. Questões como a deficiência, condição de refugiado, origem étnica, raça, localização e identidade de género irão cruzar-se com a questão de género e assim influenciar o acesso e as experiências de cada criança no sistema educativo. A GPE 2030 será a oportunidade ideal para a parceria se desenvolver com base nas aprendizagens retiradas e assente na experiência ganha ao lidar com este objetivo coletivo de integração das questões de género. Isto, à medida que a parceria continua a aprender como apoiar, de forma continuada, crianças com experiências variadas de marginalização educativa.

Este documento foi desenvolvido através de um processo de consultas detalhadas, envolvendo as contribuições de vários parceiros da GPE, nomeadamente países parceiros, doadores, fundações privadas, organizações internacionais e nacionais da sociedade civil e os Jovens Líderes da GPE. A secção 1 explica brevemente, e num contexto global, a importância de integrar a igualdade de género na transformação dos sistemas educativos e na estratégia GPE 2025. A secção 2 destaca a forma como a igualdade de género está a ser implementada no contexto global das parcerias da GPE, bem como os princípios orientadores defendidos pelos parceiros. A secção 3 analisa a forma como a responsabilização mútua das partes interessadas da GPE contribui para a promoção da igualdade de género. A secção 4 apresenta a conclusão deste documento. 2

SEÇÃO 1. GPE 2025, O CONTEXTO GLOBAL E A IMPORTÂNCIA DA IGUALDADE DE GÊNERO

1.1. Contexto global da igualdade de gênero e da educação

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) – “Alcançar a igualdade de gênero e capacitar todas as mulheres e raparigas” – coloca a igualdade de gênero ao nível de um direito humano fundamental que sustenta todas as áreas do desenvolvimento económico e social. Em paralelo, o ODS 4 – “Assegurar a todas as pessoas uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida” – sublinha que uma educação de qualidade para todos é essencial para permitir que todas as raparigas e rapazes adquiram as competências e conhecimentos necessários para participarem, em pé de igualdade, na sociedade e na economia. O ODS 4 destaca, ainda, a necessidade de uma abordagem intencionalmente inclusiva, com o objetivo de chegar às crianças mais marginalizadas da sociedade através da educação. A possibilidade de estas efetuarem um ciclo completo de educação é importante em si mesmo. No entanto, a educação pode desempenhar um papel determinante, nomeadamente nos locais em que se verificou um progresso significativo em favor da educação quer das raparigas, quer dos rapazes, permitindo assim beneficiar de vantagens mais abrangentes ao nível da igualdade de gênero, em prol de sociedades mais saudáveis, prósperas e justas.¹ As escolas são os ambientes indicados para o desenvolvimento de competências de pensamento crítico e de mudança de normas de gênero prejudiciais, tais como o casamento infantil, a mutilação genital feminina e as normas que definem o comportamento masculino em matéria de violência.

A Declaração de Incheon e o Marco de Ação para a Educação 2030 (Educação 2030) estabelece o roteiro para alcançar o ODS 4. Este modelo para a concretização da educação mostra que o acesso limitado à educação e a falta de qualidade no ensino restringem as escolhas de vida de muitos jovens. A Educação 2030 reconhece que o desenvolvimento não se tem revelado homogêneo,

levando a que muitas crianças e jovens sejam excluídos da educação com base no seu gênero e/ou outros fatores.

Apesar de progressos significativos verificados, em vários países, ao nível da paridade de gênero no acesso à educação primária, denota-se que tais progressos começam agora a estagnar. Nos países da África Subsaariana, de 2011 em diante, não se registou qualquer progresso em matéria de número de matrículas de raparigas no 3º ciclo de ensino básico (7º ao 9º anos), nem no ensino secundário (10º ao 12º anos) desde 2014.² Os dados revelam elevadas taxas de abandono escolar por parte das raparigas quando estas atingem a adolescência e a transição para o ensino secundário. Estes padrões de abandono, em função do gênero, são amplificados quando associados com as normas sociais e fatores como a pobreza, a deficiência ou a pertença a uma etnia marginalizada.³ Naquilo que é considerado um retrocesso ao nível dos direitos das raparigas no Afeganistão, o acesso ao ensino secundário e universitário foi-lhes negado.⁴

A igualdade de gênero na educação implica muito mais do que mera paridade no acesso. Os espaços educativos são centrais para as comunidades e, tal como mencionado anteriormente, podem favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico e desafiar as normas de gênero, criando as condições necessárias para o aparecimento de gerações futuras, livres de desigualdades de gênero. Em 2022, mais de metade dos países que apresentaram os seus compromissos nacionais na Cimeira para a Transformação da Educação, apontaram a violência como um obstáculo crítico à aprendizagem e à transformação dos seus sistemas educativos.⁵ Os planos relativos à educação que incorporam a igualdade de gênero como elemento fundamental para a implementação, têm o potencial para estabelecer comunidades nas quais raparigas e rapazes podem aprender num contexto sem a ameaça de violência, aproveitar todas as oportunidades e prosperar, independentemente do seu gênero.

1 Quentin Wodon et al., *Missed Opportunities: The High Cost of Not Educating Girls*, Grupo Banco Mundial, 2018.

2 UNESCO, *Relatório sobre a Monitorização da Educação Global – Relatório sobre o Gênero: Aprofundar o debate sobre os que ainda ficam para trás* (Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022).

3 Kelly Yotebieng, *What we know (and do not know) about persistent social norms that serve as barriers to girls' access, participation and achievement in education in eight sub-Saharan African countries* (Nova Iorque: Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Raparigas, 2021).

4 Fundação Malala, “With the decision to ban women from attending university, the Taliban betray Afghan students and the nation,” *News Update*, 21 de Dezembro, 2022.

5 Equipa da Cimeira da ONU para a Transformação da Educação (TES), “Anexo: Documento 2, Educação Transformadora em matéria de Gênero” *Action Track 1 on Inclusive, equitable, safe and healthy schools* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022), 26–31.

Os efeitos das questões de género na experiência e aproveitamento escolar estão profundamente enraizados nas mentalidades e, como tal, torna-se vital adotar soluções educativas diferenciadas, ou seja, soluções fundamentadas na análise de género que têm em conta o contexto, as características e os quadros normativos.

Os choques combinados resultantes da pandemia da COVID-19 e das alterações climáticas na educação minam o fragilizado progresso realizado em matéria de igualdade na educação, colocando os sistemas educativos globais, bem como o futuro das raparigas e rapazes sob uma forte pressão. Estima-se que, tal como aconteceu durante crises sanitárias precedentes, a pandemia da COVID-19 terá provocado um aumento das taxas de gravidez das adolescentes, do casamento infantil e da violência contra as mulheres e raparigas, tudo isto fatores que comprometem o acesso e o envolvimento das raparigas na educação.⁶ A resposta do setor da educação à pandemia da COVID-19 contou com um aumento na utilização de tecnologias na educação, tendo em vista a implementação do ensino à distância durante o período de encerramento das escolas. No entanto, a pandemia veio exacerbar a divisão digital verificada ao nível do género, tanto em termos de acesso como de utilização das tecnologias digitais, criando um fosso ainda maior entre as raparigas e comunidades marginalizadas e o acesso às oportunidades de aprendizagem.⁷

Os estudos demonstram que as alterações climáticas e ambientais estão a afetar, desproporcionalmente, as experiências educativas das raparigas e dos grupos marginalizados.⁸ A maior parte das pessoas deslocadas devido às alterações climáticas são mulheres e raparigas, o que poderá originar um maior risco de violência e exploração. Os choques climáticos reduzem os rendimentos, exacerbando, assim, um grande obstáculo à educação, em particular para as populações mais pobres, para as raparigas e para as crianças portadoras de deficiência. No entanto, as evidências apontam para uma correlação entre a educação das raparigas e uma resiliência mais eficaz ao nível dos desastres climáticos de um determinado país.⁹ Mais especificamente, os estudos realizados concluíram que as raparigas com níveis de

escolaridade avançados têm maior probabilidade de viverem em países com um menor número de desastres climáticos (ou mesmo sem desastres climáticos) e vice-versa, sugerindo, assim, uma associação positiva entre o número médio de anos de escolaridade de uma rapariga e a resiliência de um país face aos desastres climáticos.¹⁰ A GPE fornece todo o seu apoio aos governos, ajudando-os a gerir a reforma do sistema educativo, tendo por base uma perspetiva que conjugue as questões de género e o clima, desenvolvendo e partilhando o seu quadro de ação de “Sistemas Educativos com Integração do Clima”.¹¹

A deslocação forçada em larga escala de populações, provocada por conflitos, instabilidade económica e alterações climáticas, está a criar emergências humanitárias complexas com impactos profundos na educação dos jovens. O relatório para a educação publicado pela ACNUR em 2022¹² indica-nos que, embora dois terços de todas as crianças refugiadas estejam matriculadas no ensino primário, apenas um terço, aproximadamente, tem acesso ao ensino secundário e apenas 6 por cento frequenta o ensino superior. O género é um elemento determinante no acesso à educação e à formação ao nível das pessoas refugiadas e vítimas de deslocação forçada, sendo que esta última situação (deslocação) exacerba as desvantagens das raparigas em termos de acesso e participação na educação. Em comunidades deslocadas ou afetadas por conflitos, os rapazes enfrentam obstáculos à sua educação por via do recrutamento forçado para as forças armadas ou do abandono escolar para ajudar a família no plano financeiro.¹³ Os sistemas educativos nacionais devem preparar um plano para todas as raparigas e rapazes que foram forçados a deixar as suas casas, de forma a também estes terem uma oportunidade para se reabilitarem e terem sucesso.

A existência de leis discriminatórias e de instituições insensíveis às questões de género continuam a travar o surgimento de uma liderança intersectorial e de planos setoriais de educação que incorporem estas questões. Quando temos em consideração uma abordagem holística da educação, capaz de chegar a todas as crianças, torna-se fundamental que os planos para

6 Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Is an End to Child Marriage within Reach? Latest trends and future prospects. 2023 update* (Nova Iorque: UNICEF, 2023); *Medir a pandemia escondida: Violência contra as mulheres durante a COVID-19* (ONU Mulheres, 2021).

7 Lara Tembey et al., *Understanding Barriers to Girls' Access and Use of EdTech in Kenya During Covid-19* [Documento de Trabalho] (EdTech Hub e Busara Center for Behavioural Economics, 2021).

8 Ministério das Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento (FCDO), *FCDO Position Paper: Addressing the Climate, Environment, and Biodiversity Crises in and through Girls' Education* (Foreign, Commonwealth & Development Office, 2022).

9 Ibid.

10 Medido através do índice da Iniciativa de Adaptação Global de Notre Dame (ND-GAIN); Christina Kwauk e Amanda Braga, “*Three platforms for girls' education in climate strategies*,” *Brooke Shearer Series – Global Economy and Development at Brookings*, no. 6 (Setembro, 2017); Erich Streissing, Wolfgang Lutz, and Anthony G. Patt, “*Effects of Educational Attainment on Climate Risk Vulnerability*,” *Ecology and Society* 18, no. 1 (Março, 2013).

11 GPE, *Rumo a sistemas educativos com integração do clima: uma estrutura de ação com 7 dimensões* (Parceria Global para a Educação, 2023).

12 UNHCR, *UNHCR Education Report 2022 – All Inclusive: The Campaign for Refugee Education* (Agência da Nações Unidas para os Refugiados, 2022).

13 UNGEI, ECW e INEE, *EiE-GenKit: A core resource package on education in emergencies* (Nova Iorque: Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas, A Educação não pode Esperar e Rede de Interagências para a Educação em Situações de Emergências, 2021).

o setor da educação incluem uma coordenação intersectorial com os ministérios da saúde, programas de proteção social, bem como ligações com a sociedade civil e outros atores com influência nas questões de género dos mais variados setores. Tal visão da igualdade de género pressupõe uma mobilização ao nível do sistema, com o intuito de provocar mudanças significativas e sustentáveis.

Estas insuficiências verificadas no sistema têm repercussões para raparigas e rapazes a nível nacional. O papel da liderança política e institucional na defesa da igualdade de género começa a ser reconhecido por um número crescente de iniciativas globais como um elemento fundamental para a mudança dos sistemas educativos. Nunca foi tão importante o cumprimento dos compromissos de alto nível em matéria de igualdade de género no âmbito das reformas da educação.

1.2. Liderança política em matéria de igualdade de género na educação

Com a introdução do ODS 4 que visa assegurar a todos uma educação de qualidade, foram estabelecidos fortes compromissos políticos a nível regional e nacional que conduziram a um número cada vez maior de políticas educativas que reconhecem o papel crucial do género e da inclusão na reforma eficaz da educação. No entanto, subsistem algumas preocupações quanto ao risco destas políticas nacionais perderem a sua identidade no momento de tomada de decisões sobre os recursos necessários, a sua implementação e resultados a atingir.¹⁴ Um estudo realizado pela Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Raparigas (UNGA), em 2022, destacou o que se considera ser exemplos de boas práticas, apontando também determinadas áreas em que foram desperdiçadas oportunidade para a integração da igualdade de género nos processos de planificação do setor da educação. As fragilidades específicas encontradas nestes estudos incluem, nomeadamente, a falta de conhecimentos especializados em matéria de género nas fases decisivas, a resistência de ordem política ao financiamento de iniciativas que visavam o progresso da igualdade de género e indicadores de fraca qualidade que não permitiam responsabilizar, devidamente, os intervenientes.¹⁵

A liderança política, em matéria de igualdade de género na educação, por parte dos governos, ministérios

e intervenientes do setor da educação é vital para garantir que os sistemas educativos proporcionam uma educação inclusiva e de qualidade. Nesse sentido, estes líderes devem ser responsabilizados quanto ao cumprimento dos seus compromissos. A UNGEI, em parceria com o Centro de Pesquisa para o Acesso e Aprendizagem Equitativos (REAL), desenvolveu um modelo de liderança transformadora, assente numa estrutura de “liderança política individual” (englobando chefes de governo, ministros e altos funcionários públicos), bem como de “liderança política coletiva” (englobando uma coordenação interministerial e coligações interparlamentares e entre países). Uma visão transformadora, em termos de liderança política, exige o envolvimento com as principais partes interessadas, nomeadamente as mulheres, os jovens e outras organizações da sociedade civil (OSC). As relações estabelecidas entre a liderança política individual e a coletiva, em conjunto com as principais partes interessadas supracitadas, criam as condições necessárias para uma mudança sustentável e garantem a relevância, a apropriação e a implementação eficaz de estratégias que promovem a educação das raparigas.¹⁶

Nos últimos cinco anos, várias iniciativas e declarações com relevo a nível mundial, reconheceram o papel da igualdade de género na implementação de sistemas educativos eficazes:

- **Declaração de Charlevoix, 2018:** esta declaração do G7 defende um melhor acesso a uma educação segura e de qualidade que promova a igualdade de género.
- **Iniciativa “Prioridade à Igualdade de Género” (Gender at Centre Initiative), 2019:** lançada pelo G7 e colocada sob a liderança técnica e coordenação do Instituto Internacional para o Planeamento da Educação (IIEP) da UNESCO e da UNGEI, esta aliança procura ajudar os responsáveis pela planificação da educação de oito países, em particular da África Ocidental, a colocarem o tema da igualdade de género no centro da reforma do sistema educativo.
- **Declaração em prol da Educação de Raparigas, 2021:** lançada pelo G7, esta declaração definiu como objetivo escolarizar, até 2026, um adicional de 40 milhões de raparigas em países de baixos e médios rendimentos e assegurar que 20 milhões de raparigas aprendem a ler aos 10 anos de idade ou até ao término do ensino primário.

14 UNESCO Banguécoque, *Gender in Education Network in Asia-Pacific (GENIA) Toolkit: Promoting Gender Equality in Education* (Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e o Gabinete da UNESCO de Banguécoque, 2019).

15 UNGEI e Cambridge Education, *How is Gender Equality Included in Education Sector Planning? An analysis of power, voice and social change in 8 countries in Sub-Saharan Africa* (Gender at the Center Initiative, 2023).

16 Pauline Rose et al., *Transformative Political Leadership to Promote 12 Years of Quality Education for All Girls* (Cambridge: REAL Centre, University of Cambridge, 2020).

- **Manifesto de Freetown para a Liderança Transformadora de Gênero na Educação, 2022:** os ministros da educação de 14 países africanos, as organizações da sociedade civil, a GPE, a UNICEF, a UNESCO e a UNGEI comprometeram-se a fornecer uma liderança técnica e financeira com o intuito de lutar contra as normas de gênero prejudiciais no âmbito da pedagogia e melhorar os dados disponíveis sobre as populações não escolarizadas, promover a educação em áreas afetadas por crises e assegurar a transição para o mundo do trabalho, com particular atenção para as raparigas.
- **Cimeira sobre a Transformação da Educação, 2022:** organizado pelas Nações Unidas, este fórum internacional conseguiu atrair o envolvimento e compromisso de mais de 140 países em prol das reformas na educação, destacando a equidade e a inclusão como fatores-chave para melhorar o acesso e a qualidade da educação num contexto de pós-pandemia, marcado por uma crise global de aprendizagem. No seguimento desta Cimeira, foi lançada uma plataforma global com o objetivo de impulsionar a liderança e a responsabilização, em matéria de igualdade de gênero e a capacitação das raparigas e mulheres na educação, promovendo, desta forma, a responsabilização, a ação e a aprendizagem e tendo por base as ações transformadoras para a igualdade de gênero.
- **Cimeira do G7 em Hiroshima, 2023:** os membros do G7 reafirmaram a sua vontade de respeitar os seus compromissos anteriores, nomeadamente os de garantir as oportunidades de educação para todos e promover a igualdade de gênero e a capacitação das mulheres e raparigas na educação e através desta. Isto significa quebrar as barreiras relacionadas com o gênero e normas sociais discriminatórias subjacentes, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior, com o intuito de disponibilizar uma educação mais resiliente, mais inclusiva e com poder transformador em matéria de gênero.

1.3. GPE 2025

Perante este cenário global e político, a GPE decidiu atualizar a sua estratégia em 2020. Esta nova estratégia reflete, entre outros aspetos, a necessidade de estabelecer um diálogo político baseado em evidências, na natureza multipartidária da reforma da educação e na urgência, cada vez maior, de integrar uma abordagem transformadora em matéria de gênero, nas reflexões feitas ao nível do sistema educativo. O compromisso da

GPE em colocar maior foco numa abordagem sistémica da igualdade de gênero na educação une-se ao número crescente de países e de atores do setor da educação que não se limitam a assegurar a paridade de gênero no acesso à educação. Estabelecer a igualdade de gênero como um princípio fundamental dentro dos sistemas educativos poderá proporcionar uma educação com poder transformador que irá atingir crianças e jovens por todo o mundo.

“Para concretizar as nossas ambições, estamos a introduzir mudanças audazes ao nosso modelo operacional, bem como a incorporar, de forma sistemática, a igualdade de gênero em tudo o que fazemos”. [GPE 2025](#)

A GPE 2025 reconhece que as declarações estratégicas ou políticas sobre a igualdade de gênero devem ser acompanhadas pelos recursos e experiências necessárias para a implementação dessa visão. Isto inclui, implementar processos que visem materializar a ambição da igualdade de gênero em cada fase de envolvimento. A GPE trabalha com parceiros a nível mundial, regional e nacional, apoiando-se e desenvolvendo conhecimentos técnicos para reforçar o objetivo da igualdade de gênero. Este método de trabalho particular exige que sejam definidas, de forma clara, as expectativas da parceria e os meios a implementar para manter a responsabilização mútua, em matéria de igualdade de gênero. Este aspeto específico da estratégia é analisado, mais detalhadamente, na secção 3.

1.4. Abordagem da GPE para promover um sistema com capacidade de transformação em matéria de gênero

A GPE está determinada a promover sistemas com capacidade de transformação em matéria de gênero no acesso à educação, dentro da educação e através da educação. Existe uma necessidade urgente de olhar para lá da paridade em termos de assiduidade. É vital avaliar, igualmente, o papel que o gênero desempenha nas experiências dos rapazes e raparigas no sistema educativo, bem como refletir sobre a possibilidade de elevar os jovens enquanto verdadeiros agentes da mudança através da educação. Todas essas dimensões devem ser encaradas numa perspetiva de transformação do sistema, a fim de alavancar uma reforma educativa transformadora em matéria de gênero (ver figura 1). As normas sociais desempenham um papel fundamental em todas essas dimensões, inclusivamente n que diz respeito aos intervenientes envolvidos no diálogo relativo à mudança do sistema.

FIGURA 1. MUDANÇA DO SISTEMA PARA ABORDAR A IGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO À EDUCAÇÃO, DENTRO DA EDUCAÇÃO E ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO



A incorporação dos princípios da igualdade de gênero no acesso à educação, dentro da educação e através da educação num quadro de **mudança do sistema**, tem potencial para criar uma mudança sustentável e de longo prazo, com capacidade para atingir os objetivos das ODS em termos de igualdade de gênero e de uma educação de qualidade para todos. A abordagem sistémica à igualdade de gênero na educação, descrita de seguida, diz respeito ao conjunto de locais onde as crianças e os jovens podem aprender e inclui os espaços de aprendizagem precoce onde os estereótipos de gênero começam a ser estabelecidos, nomeadamente as escolas primárias de ensino básico e secundárias, bem como as classes de aprendizagem acelerada e centros de formação profissional.¹⁷

➤ **Acesso à educação:** promover a igualdade de acesso para todos à educação visa abordar as disparidades que ocorrem quando o gênero e outras características, conjugadas com o contexto, conduzem a que muitas raparigas e rapazes sejam privados do seu direito à educação. O acesso à educação deve ser analisado ao nível do sistema, tanto do ponto de vista da oferta como da procura, de forma a catalisar uma verdadeira mudança. Por exemplo, o acesso à educação, por parte de raparigas adolescentes com deficiência, requer uma melhor oferta ao nível de estabelecimentos locais de educação inclusiva, professores com formação adequada e um programa

curricular de formação de professores inclusivo. Devem ser feitos todos os esforços possíveis para responder aos pedidos das famílias, questionando as normas estabelecidas de gênero e de deficiência, bem como responder às preocupações relativas às distâncias de deslocação para a escola e de segurança.¹⁸

➤ **Dentro da educação:** mesmo quando as crianças superam as barreiras ligadas ao gênero que os impedem de frequentar a escola, as experiências de aprendizagem nas escolas continuam a estar profundamente marcadas pelo gênero. Reformar o sistema poderá facilitar a introdução de políticas e práticas que integrem uma pedagogia sensível ao gênero na formação de professores, bem como reformar os programas curriculares e proceder a uma revisão dos manuais escolares, tendo em vista a eliminação de estereótipos ou preconceitos relacionados com o gênero.¹⁹ Estas políticas e práticas transformadoras, em matéria de gênero, poderão contribuir para que as raparigas não se sintam desencorajadas a escolherem disciplinas ou profissões consideradas tradicionalmente masculinas e para que os rapazes não sejam desencorajados a explorar oportunidades que seriam incompatíveis com as normas de masculinidade específicas do contexto.²⁰ Esta dimensão da igualdade de gênero na educação é particularmente relevante nas políticas

17 VVOB – educação para o desenvolvimento, *Technical Brief no. 5 – Putting SDG 4 into practice: Gender-responsive pedagogy for early childhood education* (VVOB – education for development, 2020).

18 Nidhi Singal et al., *Independent Evaluation of the Girls' Education Challenge Phase II – Evaluation Study 4: Educating Girls with Disabilities in GEC II: Final Report* (Berkshire: Tetra Tech International Development, 2023).

19 Rebecca Gordon et al., *12 Years of Quality Education for All Girls: A Commonwealth Perspective* (Cambridge: REAL Centre, University of Cambridge, 2019); FAWE/Claire Dowd et al., *Gender Responsive Pedagogy: A Toolkit for Teachers and Schools, 2nd edition* (Nairobi: Forum for African Women Educationalists, 2018).

20 Rachel Marcus, "Normas relativas ao Gênero e sucesso educativo," no *ALIGN Guide: Education and gender norms* (Progresso na aprendizagem e na inovação nas normas relativas ao gênero (ALIGN), 2018).

e práticas que procuram assegurar uma resposta adequada às diversas formas de violência em contexto escolar, desde a intimidação (*bullying*) ao assédio físico ou sexual.²¹

- ▶ **Através da educação:** as escolas têm a capacidade de modelar os ambientes para que todos tenham a possibilidade de prosperar, independentemente do género. Ao abordar a igualdade de género através da educação, os jovens podem adquirir as competências essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico, ajudando-os, assim, a compreender os seus direitos e a tornarem-se agentes da mudança.²² São exemplos disso, a promoção das mulheres em cargos de liderança escolar e a orientação profissional para estudantes que fomentem percursos vocacionais que apoiem as oportunidades, independentemente do

género. As evidências demonstram que o debate em torno das questões da saúde reprodutiva, dos relacionamentos saudáveis, do poder e do respeito²³ contribuem para a combater as causas profundas da violência de género, evitar a gravidez precoce e acidental e aumentar a prevenção contra o VIH.²⁴ Todas as raparigas e rapazes podem aprender a participar na evolução das normas e das expectativas prejudiciais ligadas ao papel do género nas suas comunidades, as quais poderão estar a impedi-los de atingir todo o seu potencial.²⁵

É fundamental não perder de vista a influência da **mudança das normas sociais**, um tema transversal a todas estas áreas com potencial para promover a igualdade de género na educação, nas sociedades e atores envolvidos nas escolhas para a mudança dos sistemas.



As **normas sociais** são as regras implícitas e informais que a maioria das pessoas aceita e segue. São influenciadas pelas nossas crenças, circunstâncias económicas e, por vezes, pelas recompensas e sanções associadas ao seu respeito ou à sua desobediência. As normas estão incorporadas em instituições formais e informais e são criadas e reproduzidas no quadro das nossas interações sociais. Apenas se alteram quando um número suficiente de indivíduos decide agir ou é obrigado a agir de forma diferente, criando, assim, uma nova norma.

As **normas de género** são um subconjunto das normas sociais. Estas determinam o comportamento que devemos adotar em função da forma como nós (ou os outros) identificamos o nosso género. Na maioria dos contextos, as normas de género são enquadradas em termos binários (feminino e masculino) e apagam, por completo, as identidades não-binárias ou de género fluido. As normas de género refletem e reforçam, frequentemente, relações de género desequilibradas, geralmente em detrimento das mulheres e raparigas, mas também de homens, rapazes e pessoas com identidades de género diferentes, que não se conformam com as normas de género predominantes. As normas de género intercetam-se com outras normas e desigualdades relacionadas com a idade, raça e origem étnica, bem como classe social, deficiência, orientação sexual e religião, entre outros fatores:

Fonte: [Plataforma ALIGN](#).

- 21 UNGEI, *A whole school approach to prevent school-related gender-based violence: Minimum standards and monitoring framework* (Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Raparigas, 2019).
- 22 Envolver os jovens enquanto agentes da mudança implica dar-lhes oportunidades em posições de liderança ou de tomada de decisões no processo de transformação do sistema.
- 23 Vários países incluem o tema da educação sexual, de forma exaustiva, nos seus programas curriculares. Isto implica um programa curricular adaptado à idade e desenvolvido de forma adequada com base nas mensagens no âmbito da sexualidade, dos direitos humanos e das relações interpessoais, culturais e das normas sociais, pessoais, bem como valores partilhados, igualdade de género, violência e violência de género, consentimento e integridade física, abuso sexual e práticas danosas; "O que é a educação sexual abrangente?" em *Comprehensive Sexuality Education Implementation Toolkit*, Centro de Recursos de Saúde e Educação da UNESCO, consultado em 4 de agosto, 2023.
- 24 Todas as semanas, 4000 raparigas adolescentes e jovens contraem o VIH. Em 2022, 63 por cento de todas as novas infeções por VIH na África Subsariana estiveram ligadas a mulheres e raparigas de todas as idades; ONUSIDA, *The Path that Ends AIDS: 2023 UNAIDS Global Update* (Genebra: Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA, 2023).
- 25 Audrey Kettaneh, *West and Central Africa Commitment for educated, healthy and thriving adolescents and young people, "Listen, Understand, Act" – Situation analysis* (Grupo de Trabalho Técnico no âmbito do Objetivo da África Ocidental e Central para adolescentes e jovens educados, saudáveis e prósperos, 2021).

Integração das normas sociais nas abordagens de sistema de igualdade de género na educação

A alteração das normas sociais é um processo complexo. As normas sociais levam o seu tempo a serem implementadas e a mudança pode ser desigual e imprevisível, mas têm o poder de catalisar a igualdade de género caso sejam utilizadas estratégias baseadas em evidências e específicas para o contexto.²⁶ Existem ferramentas delineadas para orientar os decisores e profissionais e que destacam o papel desempenhado pelos decisores na transformação das normas sociais, com uma abrangência quer nacional, quer comunitária.²⁷

Tanto os pais como as comunidades são parte essencial da abordagem sistémica à igualdade de género. O envolvimento da comunidade é um aspeto fundamental a ter em conta nos momentos de introdução de nova legislação, de alteração de políticas educativas

e de alocação de recursos.²⁸ É vital desenvolver, intencionalmente, estratégias que envolvam os pais em termos da compreensão dos benefícios das mudanças políticas e de recursos investidos na formação de docentes que integre a questão do género, de programas curriculares que incluam conteúdos explícitos sobre a igualdade de género e dos esforços necessários para a criação de uma liderança escolar mais equitativa em termos de género.

“Como podemos alterar as práticas sociais prejudiciais, abandonar as antigas normas sociais e/ou adotar novas normas benéficas? Aplicam-se dois princípios fundamentais: (1) um número suficiente de indivíduos tem de acreditar que outro número suficiente de indivíduos está a mudar, (2) ver é acreditar.” Gerry Mackie, 2018²⁹

África Oriental e Austral: Aprendizagens retiradas de uma abordagem a nível do sistema para a mudança das normas sociais

Os resultados emergentes do estudo do Intercâmbio de Conhecimentos e Inovações (KIX) da GPE, na África Oriental e Austral, dão conta de avanços muito positivos, por parte de vários países africanos, em matéria de implementação de políticas que promovem o regresso à escola de raparigas grávidas e mães adolescentes.³⁰ Embora estas políticas forneçam um quadro normativo, as evidências mostram que a sua eficácia está dependente da implementação de iniciativas de sensibilização levadas a cabo pelas diversas partes interessadas no âmbito das normas sociais que visem os representantes mais relevantes do governo, da sociedade civil, dos administradores escolares, dos líderes religiosos, das comunidades e das famílias. A implementação das políticas necessita, igualmente, de financiamento para os aspetos mais práticos, tais como aconselhamento para rapazes e raparigas e a prestação de cuidados infantis. Em muitos destes cenários, o Fórum das Mulheres Africanas para a Educação (FAWE) procura ajudar os rapazes e jovens homens de forma a que estes se tornem verdadeiros campeões comunitários através da elaboração de políticas de regresso à escola apropriadas e eficazes.

30 A investigação do KIX da GPE inclui estudos conduzidos pelo representante da OSC da FAWE; Joy Nafungo, “[School re-entry for pregnant girls: Policy vs practice in Eastern and Southern Africa](#),” *GPE Education for All blog*, (blog), 16 de Junho, 2022.

26 Caroline Harper et al., *GENDER, POWER AND PROGRESS: How Norms Change* (Londres: Progresso na Aprendizagem e na Inovação ao nível das Normas de Género (ALIGN) e Instituto para o Desenvolvimento no Estrangeiro (ODI), 2020).

27 cf. [Nota técnica da UNICEF](#) relativa à aplicação de um modelo socioecológico no âmbito da mudança das normas em torno do casamento infantil; “[Implementação de estratégias: Normas Sociais – Compreender, tirar proveito e gerir as regras implícitas](#),” UNICEF, consultado em 4 de agosto de 2023.

28 cf. [Guia da Plataforma ALIGN: Educação e Normas de Género](#).

29 Gerry Mackie, “[Social Norms Change: Believing Makes it So](#),” *Social Research: An International Quarterly* 85, no. 1 (Spring 2018): 141-146, Project Muse.

Oito países africanos: Resistência à igualdade de gênero na planificação da educação

Num estudo recente, liderado pela UNGEI, efetuado em oito países africanos, verificou-se que as técnicas de resistência estavam a atrasar o progresso em termos de integração do tema da igualdade de gênero na planificação do setor educativo. As técnicas de bloqueio passivo utilizadas incluíram: culpar a limitação de verbas pela falta de integração do tema do gênero na planificação, descartar a existência de disparidades de gênero na educação ou a prevalência da violência de gênero nas cidades, rejeição da igualdade de gênero definindo-o como um conceito ocidental e manifestações de apoio à igualdade de gênero superficiais, com atores políticos “que vão atrás” para influenciar a inação verificada em projetos de lei, delineados para corrigir desequilíbrios em matéria de gênero na liderança dos ministérios.

Resistência e reação negativa à igualdade de gênero

Vários académicos e ativistas ligados à igualdade de gênero estão a observar um crescimento preocupante da resistência e/ou reação negativa em torno do progresso da igualdade de gênero.³¹ Compreender as dinâmicas e os tipos de resistência é vital para mobilizar os esforços necessários para reduzir o seu impacto. A reação negativa e a resistência manifestam-se de diversas maneiras, podendo surgir na forma de negação do problema, renúncia à responsabilidade, técnicas de bloqueio passivo, cooptação e técnicas ativamente mais agressivas para manter o status quo.³² Apesar do sentimento de frustração perante este tipo de resistência ou “travões patriarcais”, os investigadores do artigo “Gênero, Poder e Progresso”, da plataforma ALIGN, aconselham os intervenientes a adotarem uma visão mais abrangente, uma visão que nos revela que os esforços coletivos estão, de facto, a gerar padrões de progresso em matéria de gênero e normas culturais enraizadas.³³ Identificar e resistir às diversas formas de reação adversa é mais um exemplo da importância de conjugar abordagens de sistema e normas sociais em ações que visem a igualdade de gênero nos sistemas educativos (cf. o princípio “não prejudicar”, na secção 2.4).

Violência de gênero em contexto escolar

Estima-se que cerca de 246 milhões de raparigas e rapazes sejam vítimas de violência no interior e ao redor das escolas. A violência pode assumir variadas formas, como o abuso físico, sexual ou emocional e pode acontecer online ou presencialmente. Esta violência é um travão à aprendizagem e tem um impacto a longo prazo na vida das crianças.³⁴ As evidências existentes sugerem que a violência de gênero em contexto escolar (SRGBV) é provocada, principalmente, pelas normas sociais, em particular pelas normas discriminatórias de gênero, e por modelos institucionais, legais e políticos verdadeiramente fracos ou discriminatórios, bem como por fatores de contexto mais abrangentes, como conflitos ou privação socioeconómica.³⁵ Em termos de orientações práticas sobre como combater este tipo de violência, destaca-se a importância de envolver os intervenientes em todas as fases e a necessidade de adaptar as soluções a cada cenário. Essas abordagens, por norma, incluem o envolvimento dos pais, a criação de códigos de conduta, o apoio a professores e funcionários e o reforço da comunicação de incidentes, da liderança escolar e do envolvimento da comunidade, estabelecendo, simultaneamente, ligação com a polícia e as agências de proteção infantil.³⁶ Estas abordagens holísticas podem ser incorporadas nas reformas de sistema, com o objetivo de combater a violência de gênero em contexto escolar (SRGBV).

31 Anne Marie Goetz, “The politics of preserving gender inequality: de-institutionalisation and re-privatisation,” *Oxford Development Studies* 48, no. 1 (Outubro de 2019): 2–17.

32 Michael Flood, Molly Dragiewicz, e Bob Pease, “Resistance and backlash to gender equality,” *Australian Journal of Social Issues* 56, no. 3 (Outubro 2020): 393–408.

33 Harper et al., *GENDER, POWER AND PROGRESS*.

34 “Safe to Learn: A Global Initiative Working to End All Forms of Violence Against Children in and through Schools,” End Violence Against Children, consultado em 4 de agosto, 2023.

35 UNGEI, *Report on findings from school-related gender-based violence action research in schools and communities in Sierra Leone* (USAID, UNGEI e UNICEF, 2023).

36 UNGEI, *A whole school approach to prevent SRGBV*.

Serra Leoa: Abordagens ao nível de sistema e das normas sociais no âmbito da violência de género em contexto escolar

Um estudo recente, levado a cabo na Serra Leoa, analisou a forma como o ambiente político operava em paralelo com as crenças e normas que sustentam a violência de género em contexto escolar (SRGBV) e nas comunidades. As conclusões deste estudo demonstram que a SRGBV é impulsionada por normas profundamente enraizadas que legitimam a exploração sexual de raparigas adolescentes, bem como os castigos corporais das crianças, aliados a fatores socioeconómicos e à falta de mecanismos de supervisão e responsabilização nas escolas. Para abordar estes múltiplos fatores, o relatório destaca as seguintes necessidades: melhorar a coordenação entre setores; implementação prudente de políticas; alocação de recursos humanos e materiais; envolvimento dos diversos intervenientes em diferentes níveis operacionais; reforço dos mecanismos de resposta; estratégias abrangentes de consciencialização junto dos pais, dos representantes comunitários e dos funcionários escolares em matéria de prevenção da violência.³⁷

³⁷ UNGEI, *Report on findings from SRGBV action research in schools and communities in Sierra Leone*.

Esta **abordagem ao nível do sistema e das normas sociais** contribui para a construção do diálogo em torno das oportunidades do sistema para enfrentar as desigualdades, incentivando as partes interessadas a encontrarem soluções para a igualdade de género no acesso à educação a longo prazo. As análises efetuadas, fundamentadas em evidências e no diálogo inclusivo, determinarão quais as áreas de reforma prioritárias específicas de cada país, selecionadas pelos parceiros da GPE. No entanto, a implementação desta estratégia poderá permitir identificar outras oportunidades de promoção da igualdade de género dentro educação e através da educação ou, simultaneamente, poderá incentivar o diálogo em torno de estratégias que visem modificar as normas sociais em cada nível, reconhecendo que se trata de uma ambição necessária mas desafiante para todos os países, incluindo aqueles com rendimentos elevados.³⁸

Um **sistema com capacidade de transformação em matéria de género** requer o reconhecimento das dinâmicas de poder que existem a todos os níveis do processo de tomada de decisão e da implementação do sistema educativo, bem como a mobilização de múltiplos intervenientes para enfrentar as causas profundas da desigualdade de género.

“A educação transformadora, em matéria de género, procura utilizar todas as partes de um sistema educativo – das políticas às metodologias de ensino, passando pelo envolvimento comunitário – para transformar os estereótipos, as atitudes, as normas e as práticas, questionando as relações de poder, repensando as normas e os binários de género e sensibilizando as populações para as causas fundamentais da desigualdade e dos sistemas de opressão”. Educação transformadora em matéria de género (UNGEI e Plan International, 2021)

³⁸ “Research and Analysis – Review of sexual abuse in schools and colleges in the UK: Executive Summary and Recommendations”, Ofsted, publicado a 10 de junho de 2021.

Nepal: Mudança a nível de sistema para assegurar a igualdade de género no acesso à educação, dentro da educação e através da educação.

O Nepal implementou uma abordagem de sistema à sua reforma prioritária da educação, fundamentada na igualdade de género no acesso à educação, dentro da educação e através da educação, bem como uma estratégia ao nível das normas sociais. Estas mudanças visavam apoiar raparigas de determinados grupos étnicos ou com deficiência, cujas evidências mostraram que corriam maior risco de serem excluídas de uma escolaridade normal.

O Nepal lançou iniciativas, ao nível do sistema, que visavam reforçar as capacidades do governo local de forma a este poder traduzir as políticas nacionais em mecanismos locais que favorecessem o desenvolvimento de escolas sensíveis às questões de género e nas quais não há lugar para a violência e assédio em matéria de género. Nas reformas em questão, incluem-se:

Acesso à educação: Atribuição de bolsas de estudo no ensino secundário a raparigas e agregados familiares afetados pela pobreza e melhoria dos equipamentos e instalações sanitárias das escolas.

Dentro da educação: Aumento do número de professoras e reavaliação dos materiais e temas dos programas curriculares para lutar contra os estereótipos ligados ao género, à deficiência e omissões. Adaptação das disciplinas do currículo, de forma a favorecer a equidade de géneros, incentivando o envolvimento das raparigas em áreas como a matemática e as ciências ao nível do ensino secundário.

Através da educação: Integração dos programas e materiais de preparação para a vida ativa que permitissem compreender a igualdade de género e os direitos humanos, o respeito pela inclusão e pela diversidade, a não-violência e as perspetivas globais para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: [Pacto de parceria do Nepal](#).



Em mais um exemplo dos esforços realizados para promover a transformação do sistema, foi organizado um workshop em maio de 2023, onde participantes da República Centro Africana, Guiné e Mali se reuniram para tirar o máximo proveito da aprendizagem entre pares. Esta colaboração teve como resultado o progresso ao nível do diálogo sobre as políticas em torno das reformas prioritárias fundamentadas em dados e evidências, tendo a igualdade de género como um dos assuntos mais proeminentes.

GPE/Florian Rabenstein

SECÇÃO 2. OPERACIONALIZAR A IGUALDADE DE GÉNERO

2.1. A abordagem operacional da GPE em matéria de igualdade de género

A terminologia relacionada com o género aplicada nos debates sobre o progresso da igualdade de género pode gerar alguma confusão. A expressão “igualdade de género” é substituída, frequentemente e de forma indistinta, pelas expressões “equidade de género” e “educação de raparigas”. A GPE dá prioridade à utilização da linguagem de “igualdade de género”, de forma a garantir uma referência a um âmbito de análise mais abrangente, que tenha em conta as experiências das mulheres e das raparigas em relação aos rapazes e aos homens, nos contextos sociais e institucionais em que todos eles existem.

As técnicas para alcançar o objetivo da igualdade de género podem incluir abordagens de “equidade de género”, que são medidas a curto prazo para equilibrar as oportunidades, ou intervenções específicas para apoiar a “educação de raparigas”, especificamente quando os níveis de acesso à educação e à aprendizagem das raparigas são inferiores aos dos rapazes.

Trabalhar em prol da igualdade de género implica reconhecer que as raparigas e mulheres estão, sistematicamente, em desvantagem em países onde o acesso a recursos e oportunidades lhes é restringido e onde esse problema ainda carece de solução. Além disso, reconhece-se que as mulheres estão,

sistematicamente, sub-representadas nos fóruns de tomada de decisão que moldam as sociedades e a própria vida das mulheres. Para além das instituições políticas e sociais, as normas sociais de muitos países restringem o acesso das raparigas à educação devido a expectativas concorrentes, em que se espera que estas assumam as responsabilidades domésticas e de cuidado familiar. Mesmo em países em que as normas de género estão a mudar, as disparidades salariais entre homens e mulheres, bem como a redução das oportunidades no mercado de trabalho em detrimento das mulheres, ainda fazem parte da atualidade.

Embora seja globalmente reconhecido que as mulheres e as raparigas têm menos acesso a recursos, poder e oportunidades, uma análise de género com uma perspetiva mais abrangente revela, igualmente, que os homens e os rapazes são afetados negativamente pelos papéis e pelas normas de género prejudiciais, com impacto nas suas escolhas e comportamentos. Destacam-se os ideais de masculinidade específicos de cada contexto que podem conduzir a restrições ao nível da carreira ou ao uso normalizado da violência para dominar ou exercer controlo. O progresso em matéria de igualdade de género exige um envolvimento coletivo por parte das mulheres e das raparigas, mas também por parte dos homens e dos rapazes para que seja possível mudar as normas restritivas e as instituições discriminatórias em termos de género, de forma a que todos possam beneficiar.



Educação de raparigas: em resposta à desvantagem histórica e às normas sociais em vigor que limitam o desempenho escolar das raparigas, os programas de educação de raparigas são uma estratégia direcionada para corrigir as disparidades de género no acesso à educação e à aprendizagem, especificamente para as raparigas.

Equidade de género: refere-se ao tratamento justo de raparigas e rapazes, mulheres e homens. Uma vez que, historicamente, as mulheres têm sido colocadas em desvantagem, um tratamento justo pode implicar a adoção de medidas temporárias para restabelecer a igualdade entre os géneros. A equidade é, portanto, o meio utilizado para alcançar a igualdade.

Igualdade de género: refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre raparigas e rapazes e entre mulheres e homens. Significa que as mulheres e os homens gozam do mesmo estatuto e têm as mesmas oportunidades de concretizar plenamente os seus direitos humanos e o mesmo potencial para contribuir para o desenvolvimento nacional, político, económico, social e cultural, recolhendo os benefícios daí resultantes.

Fonte: [Glossário da UNESCO](#) e GPE.

A importância de ter em consideração a interseccionalidade

A abordagem da GPE, em matéria de igualdade de género, reconhece que a discriminação baseada no género cruza-se com um número de outros fatores para exacerbar a exclusão.³⁹ A raça, a origem étnica, a orientação sexual, a idade, a localização geográfica, a deficiência, a condição de refugiado, a religião e o nível de pobreza (ver figura 2), todos estes coincidem com o género e com a identidade de género na criação de experiências sociais únicas de inclusão ou de exclusão que diferem em função dos contextos. Embora este documento utilize a terminologia de homens, mulheres, rapazes e raparigas, a GPE reconhece a existência de outras identidades de género que, quando não ajustadas às normas locais, podem ser uma fonte de discriminação e exclusão. A GPE apoia os direitos de todas as crianças, independentemente da sua orientação sexual, expressão de género ou identidade⁴⁰

Existe um número vasto de evidências que mostra que os fatores geográficos e políticos podem afetar raparigas e rapazes de forma diferente, nomeadamente ao nível das consequências específicas de género no âmbito do aumento das catástrofes naturais, provocado pelas alterações climáticas.⁴¹ Em ambientes de conflitos e catástrofes naturais, as evidências mostram que o progresso realizado nas últimas décadas, em matéria de igualdade de género, são frequentemente revertidos, sendo que as sociedades retomam os papéis e práticas de género mais tradicionais, com profundos impactos na educação. Nestes cenários, a educação das raparigas é negligenciada devido ao aumento do risco de assédio sexual, o casamento infantil aumenta e espera-se que as raparigas assumam uma carga doméstica maior devido às dificuldades económicas ou provocado pelas deslocações. Neste contexto, os rapazes podem ser pressionados a contribuir, prioritariamente, para as finanças familiares ou a ingressar nas forças armadas, em detrimento da continuidade dos seus estudos.⁴²

A utilização desta perspetiva interseccional permite fazer uma análise mais complexa que reconhece a forma como o género e outros fatores individuais se conjugam com as normas sociais e os contextos, influenciando,

consequentemente, o modo como cada indivíduo tem acesso e experiencia as suas oportunidades educativas. A GPE defende o recurso a uma perspetiva intencionalmente interseccional no quadro da abordagem à igualdade de género, que permita melhorar a análise e o envolvimento, com o objetivo de não deixar ninguém para trás.

FIGURA 2. ABORDAGEM DE INTERSECCIONALIDADE DA GPE EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE GÉNERO



Análise de dados no âmbito da interseccionalidade: compreender os fatores impulsionadores da marginalização na educação

As métricas que registam os números de matrículas e de retenção na educação são elementos fundamentais para a análise do setor educativo e para a tomada de decisões políticas. No entanto, os debates realizados no âmbito da concretização da paridade de género no acesso ou nos resultados de aprendizagem, ignoram a existência de abusos de direitos em matéria de género e as injustiças sociais nos espaços educativos, com influência nas oportunidades de vida de cada um. Os estudos realizados para avaliar o nível de igualdade de género

39 A "interseccionalidade" refere-se à forma complexa e cumulativa como as múltiplas formas de discriminação se combinam, se sobrepõem ou se cruzam e o seu impacto particular nas experiências de indivíduos ou grupos marginalizados; Kimberlé Crenshaw, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," *Fórum Jurídico da Universidade de Chicago*, 1, (1989): 139-167.

40 "Declaração de Laura Frigenti, CEO da Parceria Global para a Educação, em relação à Lei anti-homosexualidade 2023," GPE, publicada a 31 de maio de 2023.

41 Dra. Christina Kwauk e Dr. Liesbet Steer, "Four Ways that Climate Change Impacts Girls' Education in Africa," Centro Global para a Adaptação, publicado a 24 de Janeiro, 2023.

42 INEE, *Nota de Orientação – Género: A Igualdade de Género dentro da Educação e através da Educação* (Nova Iorque: Rede de Interagências para a Educação em Situações de Emergência, 2019).

na educação, destacam a necessidade de um conjunto mais abrangente de indicadores que complementem os mecanismos atuais de recolha de dados, a fim de possibilitar uma compreensão mais matizada da igualdade de género dentro da educação e através da educação, sendo exemplo disso a metodologia proposta no quadro de Responsabilização em matéria de Igualdade de Género na Educação (AGEE).⁴³

O progresso realizado ao nível da recolha de dados desagregados por sexo mostrou disparidades significativas entre géneros, variando consoante o sexo, a região e a idade. O recente relatório mundial de monitorização do género, da UNESCO, destacou que a proficiência em termos de leitura, por parte das raparigas, superou a dos rapazes em diversos países, com a exceção de alguns países da África Subsaariana, onde se detetaram lacunas profundas que afetavam as raparigas ao nível primário.⁴⁴ Os dados desagregados por sexo e idade mostraram que, embora as raparigas continuem a ser vítimas de graves desvantagens na educação, também os rapazes enfrentam, em determinados locais, diferentes padrões de afastamento da educação, sendo a repetição do ano escolar um exemplo dessas situações. A análise dos dados também conclui que, em vários contextos de países em desenvolvimento, a pobreza e a necessidade de trabalhar são fatores decisivos no abandono escolar dos rapazes.⁴⁵

A utilização de métricas desagregadas por sexo e deficiência realçou, igualmente, as experiências das raparigas portadoras de deficiência. Dados mundiais de prevalência estimam que cerca de 240 milhões de crianças são portadoras de deficiências – 1 em cada 10 crianças em todo o mundo.⁴⁶ Nos países em desenvolvimento, 9 em cada 10 crianças com deficiência são excluídas da educação formal, sendo a grande maioria raparigas.⁴⁷ Apesar de terem os mesmos direitos à educação, as raparigas com deficiência são, frequentemente, registadas como o grupo de alunos mais afastado da educação, devido às múltiplas formas de discriminação que se

intercetam. Os dados recolhidos no âmbito do género e da deficiência na educação estão a progredir, mas continuam irregulares, limitando a visibilidade e a integração destas questões nas decisões políticas. É vital investir na recolha de dados mais sólidos em matéria de deficiência e género, de forma a ser possível sensibilizar as populações para as violações de direitos e, simultaneamente, delinear, implementar e avaliar as iniciativas na educação que tenham como objetivo chegar a todas as crianças.

Os dados partilhados pela Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) indicam que as crianças constituem 40 por cento do total das pessoas deslocadas.⁴⁸ Apesar de algum ímpeto inicial político para a inclusão dos refugiados nos sistemas nacionais de educação, quase metade das crianças refugiadas em idade escolar permanece não escolarizada, sendo o número de matrículas dos refugiados inferior ao dos seus pares (não refugiados), ao nível do ensino primário, secundário e superior. Em termos de matrículas registadas, os rapazes refugiados têm um número ligeiramente superior ao das raparigas. No entanto, é necessário ter em consideração conjuntos de dados mais atualizados e completos nos debates políticos, em que se analise as desvantagens ligadas ao género sentidas pelos refugiados, tais como o risco de violência e a exploração em matéria de género.

As críticas efetuadas à relação custo-eficácia no âmbito do trabalho efetuado para alcançar os grupos mais marginalizados são, igualmente, refutadas através de uma recolha de dados interseccional e qualitativa mais detalhada que concluem que as estratégias intencionais de inclusão beneficiam uma população muito mais abrangente e não apenas os mais marginalizados. As evidências mostram, mais uma vez, que as intervenções inclusivas com eficácia para as raparigas mais marginalizadas, podem ter um efeito positivo ao nível dos resultados dos rapazes em termos de aprendizagem e taxas de retenção.⁴⁹

43 Elaine Unterhalter, Helen Longlands, e Rosie Peppin Vaughan, "Gender and Intersecting Inequalities in Education: Reflections on a Framework for Measurement," *Journal of Human Development and Capabilities* 23, no. 4 (Julho 2022): 509-538; "The AGEE Framework," Responsabilização pela Igualdade de Género na Educação (AGEE:), consultado em 4 de Agosto, 2023.

44 UNESCO, *Global Education Monitoring Report 2022 – Gender Report: Deepening the debate on those still left behind* (Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022).

45 UNESCO, *Leave no child behind: Global report on boys' disengagement from education* (Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022).

46 Fundo das Nações Unidas para a Infância, *Seen, Counted, Included: Using data to shed light on the well-being of children with disabilities* (Nova Iorque: UNICEF 2021).

47 "Ficha de dados sobre pessoas portadoras de deficiências", Departamento da Economia e Assuntos Sociais da Organização das Nações Unidas – Deficiência, consultado em 4 de Agosto de 2023; GPE, *Documento de trabalho #3 – Deficiência e inclusão: Um levantamento dos planos setoriais para a educação e subvenções financiadas pela GPE* (Washington: Parceria Global para a Educação, 2018) citada no artigo da Pauline Casters e Gloria Diamond, *Nenhuma rapariga com deficiência ficará para trás: Garantir que os esforços para promover a igualdade de género na educação sejam inclusivos para as pessoas com deficiência* (Nova Iorque: Iniciativa das Nações Unidas para a Educação de Raparigas (UNGEI) e Leonard Cheshire, 2021).

48 UNHCR, *Global Trends: Forced Displacement in 2022* (Copenhaga: A Agência da Nações Unidas para os Refugiados – Serviço de dados mundiais da UNHCR, 2022).

49 Ricardo Sabates et al., "Assessing cost-effectiveness with equity of a programme targeting marginalised girls in secondary schools in Tanzania", *Journal of Development Effectiveness* 13, no. 1 (2021): 28-46.



Integração sistemática do género (hardwiring): uma abordagem intencional e responsável para incorporar a igualdade de género em todos os sistemas e processos da GPE. A GPE utiliza a terminologia “integração sistemática” para reforçar os aspetos intencionais e de responsabilização da integração da perspetiva de género.

2.2. “Pontos de entrada” da GPE em matéria de igualdade de género

A GPE comprometeu-se com uma “integração sistemática” da igualdade de género em todo o trabalho desenvolvido na parceria. A Figura 3 ilustra áreas em que a GPE encontrou oportunidades tangíveis em processos operacionais para promover a igualdade de género. Estas áreas são designadas por “pontos de entrada”.

Os seguintes exemplos servem para ilustrar a forma como os parceiros da GPE – incluindo doadores, instituições multilaterais, organizações da sociedade civil, representantes dos professores, fundações filantrópicas e o setor privado – estão a integrar a questão de género nos seus processos operacionais através de vários pontos de entrada.⁵⁰

2.2.1. Pontos de entrada: Nível nacional

Reforço da análise de género e dos diagnósticos baseados em evidências

Nas fases preliminares de avaliação e diagnóstico dos processos de parceria da GPE, os membros do grupo local de educação (ver página 18) participam na análise de ambiente político e do sistema educativo, liderada pelo governo. Esta fase inclui a recolha de

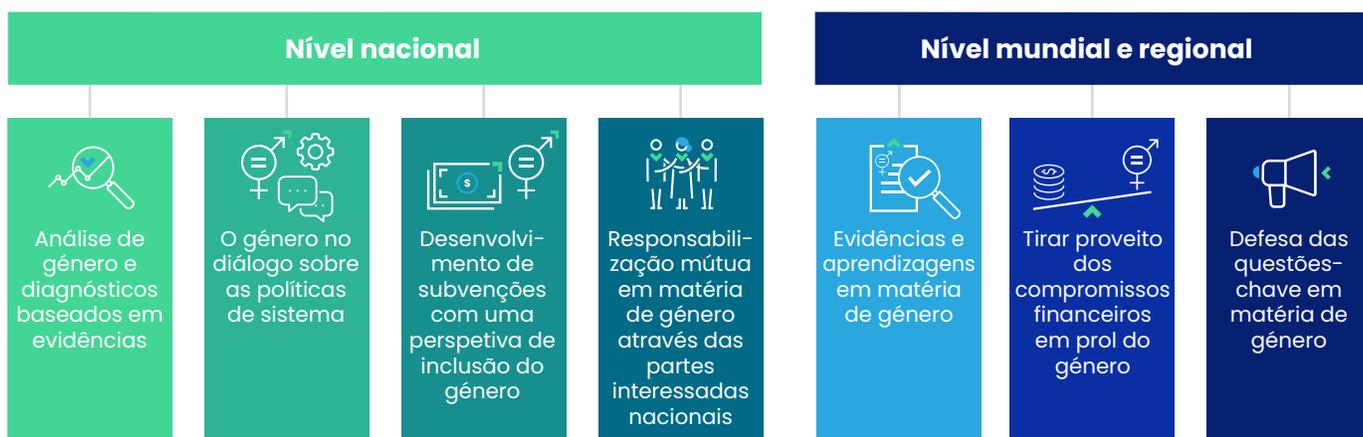
evidências e análises de género com o intuito de obter uma compreensão matizada da forma como raparigas e rapazes, com características interseccionais variadas, vivenciam a educação, em contextos diferentes.

A análise de género para a educação incluirá questões-chave, como:

- Quais são os padrões em termos de frequência escolar e de resultados de aprendizagem para diferentes raparigas e rapazes? Como é que estas características variam em função da localização? Como é que estas características variam à medida que as raparigas e rapazes fazem a transição do ensino primário para o secundário?
- Que impacto têm as normas culturais específicas do contexto na escolarização das raparigas e dos rapazes?
- Qual a proporção de rapazes e raparigas que permanece não escolarizada?
- Qual a proporção de professores e professoras a exercer a sua função nas áreas rurais e urbanas ou que ocupem cargos de direção?

(Consulte, no anexo 1, as ferramentas sugeridas para apoiar esta análise.)

FIGURA 3. PONTOS DE ENTRADA DA GPE EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE GÉNERO



50 Esta lista de exemplos não é exaustiva.

Libéria: O papel dos especialistas em matéria de género a nível nacional

Os processos de planificação da GPE na Libéria destacaram a importância de incluir especialistas nas questões de género no diálogo político inclusivo. O grupo local de educação reviu as análises iniciais para seleção da reforma prioritária a nível nacional. As partes interessadas pertencentes à Coligação para a Educação das Raparigas (GEC), que recentemente se tinham juntado ao grupo local de educação, puderam destacar os aspetos e as oportunidades em falta no âmbito da questão do género, ligando-os às políticas e estratégias existentes para a educação de raparigas. Este processo de consulta inclusiva permitiu reforçar a análise de género a fim de alimentar o processo de tomada de decisões ao nível da conceção do programa.

Reforço da igualdade de género no diálogo político do sistema

Os ministérios da educação utilizam um número alargado de evidências, nomeadamente dados e análises sobre a igualdade de género, para acolher um diálogo político inclusivo. Esta fase culmina com o alinhamento dos parceiros em torno de uma área específica da reforma prioritária, definida no pacto de parceria.⁵¹ A equipa de trabalho que participa no diálogo e na tomada de decisões estratégicas durante a fase de desenvolvimento do pacto, deve estar dotada de conhecimentos especializados em matéria de género a nível nacional. O pacto de parceria deve adotar, intencionalmente, uma perspetiva de género como elemento transversal a todas as áreas da reforma prioritária. Para casos em que os dados demonstram a existência de disparidades significativas entre os géneros no país parceiro, é disponibilizado um financiamento adicional por intermédio do Acelerador para a Educação de Raparigas (GEA), delineado para apoiar especificamente a educação das raparigas.⁵²

Integração de uma perspetiva de género e de inclusão nos processos de desenvolvimento das subvenções

No que diz respeito às subvenções para a transformação do sistema (ver secção 2.3.1), os agentes de subvenção são selecionados através de um processo competitivo, conduzido pelo Ministério da Educação, em conjunto com o grupo local de educação. Os agentes de subvenção lideram a conceção e a implementação de um programa de reforma do sistema educativo. Os conhecimentos especializados no domínio do género a nível nacional são cruciais nesta fase importante de conceção do programa, de forma a que sejam integradas informações técnicas e específicas para cada contexto. O Secretariado da GPE

fornece, igualmente, o seu apoio técnico em matéria de igualdade de género. A análise de género e as evidências disponíveis devem ser usadas para enriquecer a fase de conceção e, assim, matizar todas as áreas da reforma prioritária, de modo a dar resposta aos problemas de desigualdade de género, intrínsecos a cada país. Nos casos em que foi disponibilizado financiamento proveniente do Acelerador para Educação de Raparigas (GEA), espera-se que as intervenções específicas que visam eliminar as barreiras ao acesso, à conclusão e à aprendizagem das raparigas, complementem o âmbito mais abrangente do trabalho da subvenção para a transformação do sistema. Outras subvenções da GPE (conforme especificado na secção 2.3) apresentam, igualmente, o elemento do género como um fator transversal significativo. A monitorização e a avaliação das subvenções incluem indicadores adequados para medir o progresso realizado em torno dos objetivos e resultados identificados em matéria de igualdade de género.

“Inicialmente, pareceu-me que a igualdade de género era apenas um aspeto da acessibilidade. À medida que o trabalho progredia, essa perspetiva mudava... a perspetiva de género foi essencial no âmbito da estratégia para garantir a equidade e qualidade na educação”. Representante do Ministério da Educação da República Democrática do Congo

Promover a responsabilização mútua em matéria de igualdade de género através das partes interessadas nacionais

Os grupos locais de educação desempenham um papel fundamental na manutenção da responsabilização mútua da parceria através da sua inclusão e representação de várias partes interessadas. As organizações da sociedade civil, que representam uma parte fundamental

51 Um pacto de parceria da GPE define a forma como um país parceiro da GPE pretende colaborar com os outros parceiros em torno de uma reforma educativa prioritária; GPE, *Diretrizes para o desenvolvimento do pacto de parceria* (Washington: Parceria Global para a Educação, 2023).

52 Os critérios de elegibilidade para o financiamento GEA dizem respeito aos lugares onde se observaram disparidades de género significativas na educação e apenas pode ser utilizado como complemento de outras subvenções da GPE; “*Acelerador para a Educação de Raparigas*, GPE, consultado em 4 de agosto de 2023.

das partes interessadas nacionais dentro dos grupos locais de educação, podem incluir organizações não-governamentais (ONG) ligadas à educação, grupos de defesa dos direitos das mulheres e das raparigas, organizações de pessoas portadoras de deficiência e movimentos de jovens. Estes grupos podem desempenhar um papel vital no diálogo nacional com as partes interessadas em todas as fases de planificação e de

implementação da educação. Estas organizações podem fornecer evidências e análises específicas de cada contexto, aportar conhecimentos especializados em matéria de género e estabelecer ligações com representantes da comunidade juvenil em grande escala, ao mesmo tempo que desempenham um papel importante na implementação e sensibilização para as reformas quando estas são introduzidas.

O papel das organizações da sociedade civil na planificação e implementação do setor educativo

A Iniciativa Prioridade à Igualdade de (GCI) apoia os parceiros da sociedade civil, incluindo a Campanha da Rede Africana de Educação para Todos (ANCEFA), o Fórum de Mulheres Africanas pela Educação (FAWE) e a Plan International, para que estes se envolvam com os ministérios da educação a nível nacional, na planificação do setor educativo com uma perspetiva de género.⁵³ Na Nigéria, por exemplo, parceiros como o FAWE, a Plan International, entre outros, produziram um resumo normativo, depois de levarem a cabo uma análise, numa perspetiva de género, da Estratégia de Preparação, Resposta e Recuperação do Setor da Educação em Situações de Emergência para a COVID-19 (2020-2029). As conclusões registaram um aumento do número de situações de abuso sexual, de casamento precoce e de trabalho infantil, bem como padrões diferenciados de resposta às mensagens sobre a COVID-19, por parte dos rapazes e das raparigas. Estes parceiros da sociedade civil colaboraram com funcionários do governo com o intuito de integrar as recomendações do resumo normativo, elaborado numa perspetiva de género, nas políticas e planos do setor educativo. Dessas recomendações salienta-se a criação de comités com representação de várias partes interessadas e com foco na reabertura de escolas seguras, os incentivos e sanções destinadas a garantir o regresso das raparigas à escola, bem como a divulgação de mensagens diferenciadas para rapazes e raparigas no âmbito da COVID-19, de forma a aumentar a sua aceitação. Esta colaboração entre as organizações da sociedade civil e os ministérios governamentais teve como resultado uma estratégia mais eficaz e relevante, do ponto de vista da sua conceção e implementação, e sensível às questões de género.

As revisões setoriais conjuntas e os exercícios de monitorização permitem, igualmente, manter a responsabilização mútua em matéria de igualdade de género. Nos casos em que os grupos de trabalho dedicados ao género e à educação ainda não existam enquanto subgrupo da estrutura do grupo local de educação, o grupo é encorajado a utilizar a sua posição privilegiada de convocação para reunir os principais intervenientes e agir como uma voz coletiva, para incluir as perspetivas de género no diálogo político, bem como nos processos de subvenção e monitorização. (Consultar a secção 3 sobre a responsabilização mútua de outros intervenientes da GPE.)

53 Consultar o [blog da GPE](#) sobre o reforço de capacidades das OSC dentro da GCI.



Um **grupo local de educação** é um fórum colaborativo destinado a promover o diálogo sobre as políticas no setor da educação, sob a liderança do governo, no âmbito do qual ocorre o principal processo de consulta entre o governo e os seus parceiros, em torno do desenvolvimento do setor da educação. Os grupos locais de educação são, geralmente, compostos por representantes da sociedade civil, organizações não governamentais nacionais ou internacionais, representantes da classe docente, representantes de coligações de estudantes ou de jovens, doadores, representantes do setor privado e membros de outros ministérios governamentais. Podem operar sob um nome determinado a nível local.

2.2.2. Pontos de entrada: Nível regional e global

Gerar e partilhar evidências e aprendizagens sobre a igualdade de género

A GPE promove uma abordagem inclusiva e baseada em evidências para a formulação de políticas, incentivando a partilha de aprendizagens sobre a igualdade de género na educação, a nível inter-regional e global. Os programas “Intercâmbio de Conhecimentos e Inovações” (KIX) e “Educação em Voz Alta” da GPE, são exemplos da referida abordagem.

O programa **KIX** gera e interliga os conhecimentos especializados, a inovação e o conhecimento para reforçar as capacidades a nível nacional, regional e mundial, tendo em vista apoiar os países na construção de sistemas educativos mais fortes. Todos os projetos de investigação aplicados pelo KIX promovem a igualdade de género na sua conceção e implementação, sendo que cerca de um quarto dos seus projetos foca-se em temas ligados à igualdade de género. As equipas do programa KIX organizam webinars a nível regional e mundial, eventos virtuais de aprendizagem, conferências e workshops destinados a contribuir para informar o processo de formulação de políticas dos países parceiros sobre temas como a prevenção da violência de género em

contexto escolar, a integração da perspetiva de género na educação e as estratégias de inclusão. A conjugação de uma investigação prática com a partilha de experiências entre os países reforça a base de conhecimentos sobre a forma como a igualdade de género pode melhorar a resiliência do sistema educativo, o ensino, a aprendizagem e os sistemas de dados.

O programa **Educação em Voz Alta** é o fundo da GPE para a defesa e responsabilização social, com foco no reforço das capacidades da sociedade civil, para que esta se possa tornar ativa e influente na formulação de políticas educativas e, assim, responder melhor às necessidades das comunidades. Este fundo fornece apoio à investigação no âmbito dos desafios específicos da educação, garantindo a inclusão de uma perspetiva de género ao longo do processo.

Em complemento aos exemplos supracitados, o Secretariado da GPE desenvolve evidências e conhecimentos sobre a igualdade de género na educação ao longo de toda a parceria, por meio da função de gestão do conhecimento do Centro de Especialização em Género (Gender Hub). Os conhecimentos e evidências geradas pelo Secretariado incluem avaliações sensíveis ao género e documentos de trabalho sobre abordagens promissoras na educação.

América latina: O apoio dos programas KIX e Educação em Voz Alta da GPE às organizações da sociedade civil

Na América Latina, o apoio à investigação, por parte do KIX, e o apoio para o reforço das capacidades de defesa, proveniente do programa Educação em voz Alta, contribuíram para modificar as normas culturais relativas à violência de género nas Honduras, Haiti e Nicarágua. Esta iniciativa colaborativa consiste em aliar a investigação-ação, a nível comunitário, às atividades de defesa a nível nacional. Os dados são recolhidos pelas comunidades, incluindo professores, famílias e alunos. Os grupos de discussão e os inquéritos de perceção permitem que as equipas de investigação mobilizem o conhecimento local e elaborem, em conjunto, estratégias de prevenção. As coligações nacionais para a educação podem, assim, utilizar os resultados da investigação para influenciar as políticas e campanhas de sensibilização a nível nacional.

No Haiti, por exemplo, o recurso a estações de rádio comunitárias e a formação de docentes, tem permitido sensibilizar os cuidadores, bem como o Ministério da Educação Nacional para a necessidade de lutar contra a punição física e os estereótipos de género. As conclusões retiradas desta iniciativa regional destacam a importância das evidências produzidas localmente, fruto dos diálogos sobre as políticas.

Aproveitamento dos compromissos financeiros para promoção da igualdade de gênero

Graças à sua forma única de trabalhar em parceria, a GPE dispõe de uma forte rede global e regional de governos doadores, doadores do setor privado e parceiros nacionais que podem ser mobilizados para garantir apoio financeiro e político necessários para progredir no objetivo de reforçar os sistemas educativos sensíveis às questões de gênero. Esse objetivo foi concretizado, com grande sucesso, durante a Cimeira da Educação em 2021, na qual líderes mundiais comprometeram-se durante cinco anos a apoiar o trabalho da GPE e contribuir para a transformação de sistemas educativos de cerca de 90 países e territórios.⁵⁴ Estas vastas redes permitiram, igualmente, exercer um efeito de alavancagem financeira a nível nacional, com os países parceiros a utilizarem subvenções e programas da GPE para catalisar um cofinanciamento suplementar a nível nacional, através do fundo Multiplicador da GPE e do financiamento por contrapartida.⁵⁵ A contribuição para as subvenções da GPE é uma oportunidade para os doadores dedicarem recursos à implementação de políticas de alto nível que visam promover a igualdade de gênero na educação.

Reforçar a defesa das questões de género fundamentais

A GPE trabalha a nível global e regional para mobilizar o apoio político e promover a importância do papel da igualdade de género na educação. Numa lógica de trabalho de parceria, a GPE promove, em eventuais mundiais importantes, a utilização de evidências e conhecimentos sobre as medidas mais eficazes para lutar contra as desigualdades de género. Esses eventos são oportunidades de partilha de experiências, evidências e aprendizagens práticas sobre a promoção da igualdade de género na educação. Os parceiros do setor privado e fundações são, igualmente, defensores da igualdade de género, elevando o nível deste trabalho por via dos seus canais de angariação de fundos e de comunicação.

2.3. Os recursos da GPE no âmbito do apoio à igualdade de género

Com base nos pontos de entrada descritos acima, as subvenções da GPE são concebidas para apoiar os países na planificação e privilegiar reformas com potencial para transformar todo o sistema educativo. Aqui, inclui-se, igualmente, o apoio aos países parceiros no cumprimento dos compromissos assumidos em matéria de igualdade de género e educação das raparigas.

Defesa: Defesa da GPE no âmbito da segurança nas escolas

Juntamente com outros membros da rede “Aprender em Segurança” (Safe to Learn), a GPE conseguiu criar e produzir de uma série de vídeos realizados por jovens que partilharam as suas opiniões e experiências sobre a violência em contexto escolar (dentro e ao redor das escolas), apelando aos líderes mundiais para que estes intervenham urgentemente de forma a pôr fim à violência e tornar a educação segura. Esta colaboração resultou numa série de quatro filmes regionais, focados em cada jovem ativista, e um filme mundial. Estes vídeos impactantes foram difundidos, em estreia, em seis eventos de alto nível, durante a Cimeira de Transformação da Educação de 2022 e na Assembleia Geral das Nações Unidas. Os filmes tiveram um impacto significativo nos ministros, líderes e na comunidade educativa, permitindo centrar a atenção nas discussões políticas sobre a questão da violência nas escolas. Os filmes continuam a ganhar popularidade e foram exibidos noutros eventos de política pública, como a Conferência Internacional da Iniciativa para a Prevenção da Violência Sexual em Situações de Conflito, realizada no Reino Unido em 2022, e no Festival de Arte e Cinema da Conferência Women Deliver de 2023.

Nota: A rede “Aprender em Segurança” (Safe to Learn) engloba: A UNICEF, a UNESCO, a UNGEI, Plan International, Together for Girls, Brave Movement, o fórum da sociedade civil “Aprender em Segurança”, a Educação não pode Esperar (Education Cannot Wait), a GPE, o Grupo de Trabalho Mundial para Acabar com a Violência de Género em Contexto Escolar (SRGBV) e um jovem líder da GPE no Bangladesh. O Grupo de Trabalho Mundial para Acabar com a SRGBV é uma coligação composta por 35 doadores, a sociedade civil, vários académicos e agências das Nações Unidas.

⁵⁴ “Cimeira Global para a Educação: Financiamento da GPE 2021 – 2025,” GPE, consultado em 2 de agosto de 2023.

⁵⁵ O financiamento por contrapartida é um mecanismo de financiamento da GPE que duplica os investimentos qualificados, feitos por empresas ou fundações privadas parceiras da GPE nos países parceiros. *Ficha de informação: Mecanismo de contrapartida da GPE* (Washington: Parceria Global para a Educação, 2021).

O **pacto de parceria** é a base para o diálogo de parceria, uma vez que define a responsabilização mútua de cada parceiro na concretização de uma reforma prioritária, sendo, posteriormente partilhado com o Conselho de Administração da GPE que o usará como base para a tomada de decisões quanto ao financiamento da GPE.

As orientações no âmbito do pacto de parceria recomendam o seguinte:

- Utilização de análises de género e evidências durante o processo de análise dos fatores facilitadores,⁵⁶ de diálogo e de conceção de programas.
- Inclusão de especialistas em questões de género na equipa de trabalho liderada pelo país e intervenientes nacionais, com experiência em abordar os obstáculos mais importantes em matéria de género na educação, no processo de discussão e seleção de reformas prioritárias.
- Integração das questões de género nas reformas prioritárias como um elemento transversal intencional.
- Inclusão das questões de género nos quadros de resultados e de monitorização.

A atribuição de subvenções da GPE está assente numa abordagem de duas vias: esperar que as considerações sobre o género estejam plenamente incorporadas em todas as subvenções e ter previsto um fundo dedicado para a promoção da educação de raparigas nos países elegíveis.⁵⁷

2.3.1. Integração Sistemática da igualdade de género nas subvenções da GPE⁵⁸

De seguida, é apresentado um breve resumo das orientações em vigor para as subvenções da GPE em matéria de igualdade de género.

- **Subvenção para o reforço das capacidades do sistema:** concebida para ajudar a reforçar a capacidade dos países para transformarem os sistemas educativos, através de uma planificação e desenvolvimento sensíveis ao género. Estes fundos podem ser utilizados para efetuar diagnósticos do sistema, como uma análise de género, fortalecimento dos grupos locais de educação, revisões conjuntas do setor e orçamentação sensível ao género. Pode também ser usado no apoio e formação de

funcionários no âmbito da utilização de dados e evidências, como, por exemplo, dados de maior qualidade, desagregados por sexo ou com outras características interseccionais (como crianças portadoras de deficiência) que possam conduzir à marginalização.

As orientações no âmbito das subvenções recomendam o seguinte:

- Aplicação sistemática de uma perspetiva de género e adoção de uma visão de igualdade de género na identificação de problemas críticos e projeção de atividades do programa.
- Identificação e abordagem das várias formas de exclusão, incluindo o reforço da resiliência do sistema e a inclusão de crianças deslocadas.
- **Subvenção para a preparação do programa:** está disponível para os agentes de subvenção que trabalham sob a liderança do governo, para cobrir despesas relacionadas com a preparação do programa para candidaturas às subvenções da GPE. Esta subvenção pode servir para ajudar o agente de subvenção a garantir que a igualdade de género é tida em consideração durante o desenvolvimento do programa.

As orientações no âmbito das subvenções recomendam o seguinte:

- Análise de género. Em contextos de fragilidade, inclusão de uma análise de género e de fragilidade.
- Inclusão da perspetiva de igualdade de género na candidatura.
- **Subvenção para a transformação do sistema:** disponível para ajudar os países parceiros a transformarem o seu sistema educativo, realizando investimentos direcionados e fundamentados em evidências que identifiquem, claramente, os pontos de bloqueio do sistema, incluindo as desigualdades de género.

As orientações no âmbito das subvenções recomendam o seguinte:

- Utilização de diagnósticos de fatores facilitadores, incluindo dados e evidências sobre o género.
- A área da reforma prioritária deve demonstrar a

56 A análise dos fatores facilitadores apoia discussões significativas sobre as questões fundamentais dos obstáculos críticos à educação a nível nacional; *Fatores facilitadores da GPE: Questionário de Avaliação e Análise* (Washington: Parceria Global para a Educação, 2023).

57 Para obter mais informações sobre os critérios de elegibilidade das subvenções da GPE, consulte o endereço: <https://www.globalpartnership.org/content/list-countries-and-grant-eligibility>.

58 Poderá consultar as orientações para os pactos de parceria e subvenções da GPE aqui: <https://www.globalpartnership.org/funding/how-apply-grants>.

transversalidade da questão de género.

- Indicar de que forma o programa contribuirá para a igualdade de género.
 - Desenvolver uma teoria de mudança fundamentada na análise das causas fundamentais, incluindo o género.
- **Fundo Multiplicador da GPE:** os países parceiros que podem mobilizar financiamento externo adicional podem candidatar-se a esta subvenção, que complementa os fundos obtidos através de outras fontes.

As orientações no âmbito das subvenções recomendam o seguinte:

- Consideração sistemática da questão de género na teoria de mudança durante o processo de conceção e implementação do programa.
- Clarificação de como será feita a promoção da igualdade de género no âmbito da reforma prioritária na educação selecionada.
- Especificar onde e de que forma o programa contribuirá para a igualdade de género e a inclusão de pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Subvenções da GPE com foco na igualdade de género

- **Acelerador para Educação de Raparigas:** este financiamento destina-se a apoiar a transformação do sistema, atacando obstáculos específicas à educação das raparigas. Está disponível para países

elegíveis, nos quais as raparigas são desfavorecidas, em detrimento dos rapazes, em termos do acesso à educação e dos resultados de aprendizagem. A fundamentação para esta subvenção deve basear-se em dados e evidências. Esta subvenção apoia atividades direcionadas para as raparigas em idade escolar, mas também poderá financiar outras questões não relacionadas com a educação, como, por exemplo, o casamento infantil ou a violência de género, situações que têm impacto nos resultados educativos das raparigas. Este fundo complementa a subvenção para a transformação do sistema e/ou o fundo Multiplicador da GPE e não pode ser utilizado de forma independente.

As orientações no âmbito das subvenções recomendam o seguinte:

- Uma teoria da mudança sólida, que integre a educação de raparigas como um objetivo-chave, em conformidade com a reforma prioritária selecionada no pacto de parceria.
- Uma justificação relativa à forma como os fundos da subvenção contribuem para a obtenção de resultados no âmbito da educação de raparigas, com base em dados e evidências recolhidas na análise dos fatores facilitadores e/ou a utilização de evidências qualitativas suplementares.
- Componentes ou atividades orçamentadas, de forma clara, que visem, especificamente, a educação de raparigas e que sejam equivalentes, no mínimo, ao valor de subvenção solicitado na proposta do programa.

Serra Leoa: O género como característica transversal na conceção dos programas

O género é apresentado como um elemento transversal da reforma do setor da educação na Serra Leoa, designada por “os fundamentos da aprendizagem para todos”, suportada pela subvenção para a transformação do sistema. Graças ao diálogo inclusivo coordenado pelo grupo local de educação, as evidências e dados, em matéria de género, estão a ser utilizadas para fundamentar cada um dos componentes deste programa. Seguem-se alguns exemplos dos componentes em questão: abordar as normas de género na oferta educativa pré-escolar; reforçar as capacidades dos docentes através de normas de integração sistemática das questões de género e de deficiência; reconhecer a necessidade de aumentar o apoio às professoras para reforçar o seu desenvolvimento e retenção; melhorar a capacidade de análise de dados, em matéria de género, e inclusão na recolha e utilização de dados fundamentais sobre a aprendizagem. No quadro de reforma do desenvolvimento profissional dos professores, os materiais de ensino e de aprendizagem estão a ser revistos para incorporarem práticas que promovam a inclusão, aumentem a consciencialização face ao estigma, melhorem a segurança das crianças e reduzam a violência de género.

El Salvador: O acelerador para a educação de raparigas da GPE apoia os esforços da luta contra os estereótipos ligados ao género

A área da reforma prioritária selecionada no pacto de parceria de El Salvador visa melhorar a qualidade da aprendizagem, desde o pré-escolar. Isto implica a coordenação dos esforços intersectoriais (saúde, educação e proteção) para essa faixa etária. O Acelerador para Educação de Raparigas está a ser utilizado como complemento do fundo Multiplicador da GPE, a fim de remover da educação os estereótipos de género prejudiciais das avaliações da aprendizagem, dos programas curriculares e dos materiais pedagógicos, com incidência no ensino pré-escolar, primário (1º ao 4º anos) e básico (5º ao 9º anos). Estas reformas apoiam a implementação da política de equidade e igualdade de género de El Salvador, que considera que a eliminação de preconceitos e estereótipos de género na educação em idade pré-escolar, contribui para a erradicação das causas subjacentes à violência contra as mulheres.

2.3.3. Outras subvenções da GPE

Além de apoiar os governos, a GPE atribui, igualmente, subvenções para promover a voz da sociedade civil através do programa **Educação em Voz Alta** e do Intercâmbio de Conhecimentos e Inovações (**KIX**) da GPE, a fim de gerar novos conhecimentos sobre as questões-chave e soluções para o setor da educação. A igualdade de género é um tema prioritário para o KIX e para o Educação em Voz Alta (ver, igualmente, a secção 2.2.2).

- ▶ As **parcerias de reforço das capacidades estratégicas** dão, aos países elegíveis, assistência técnica para apoiar o reforço das capacidades em diversas áreas intersectoriais, como os sistemas educativos com integração do clima, a nutrição escolar, a aprendizagem em segurança, as tecnologias na educação e igualdade de género. A igualdade de género tem o seu próprio programa de apoio ao reforço das capacidades e está integrado noutras áreas temáticas.
- ▶ As **subvenções de financiamento acelerado são utilizadas** em países afetados pela fragilidade e conflitos, onde existe uma necessidade urgente de desembolsar fundos para enfrentar crises com impactos sistémicos no sistema educativo. Ainda assim, as evidências e considerações relacionadas com a igualdade de género devem estar, devidamente, explanadas nestas candidaturas. O processo de garantia da qualidade do Secretariado da GPE para estas subvenções inclui uma avaliação técnica sobre as

questões de género. Este processo está adaptado para países envolvidos nestes contextos, de forma a garantir a manutenção de o enquadramento operacional para um apoio eficaz, em países afetados por fragilidades e conflitos. Nos casos em que os programas em vigor necessitam de ser revistos, o Secretariado assegura que as novas atividades propostas incluem uma avaliação técnica em matéria de género (ver a secção 3.1 para obter mais informações sobre as avaliações em matéria de género).

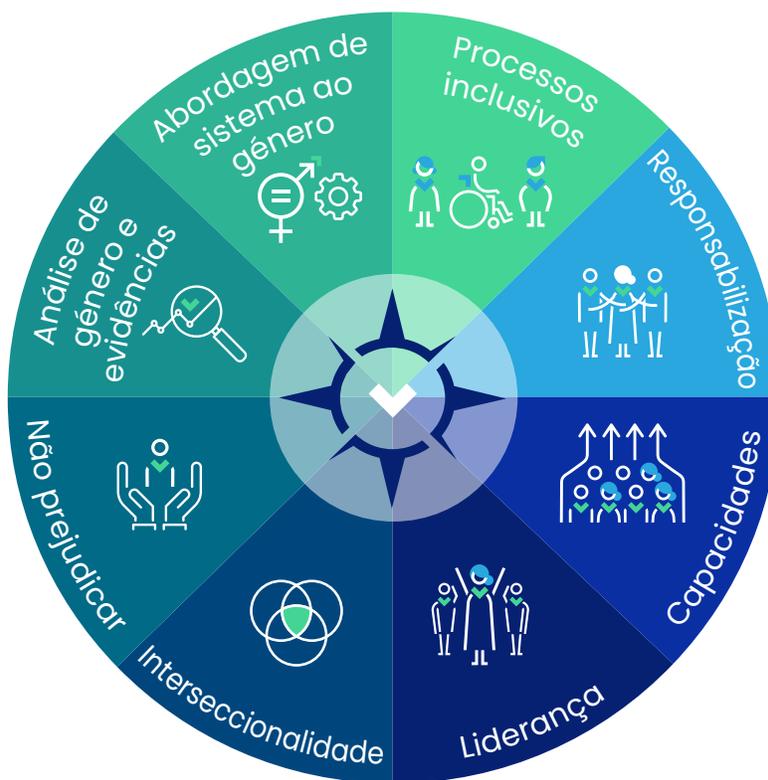
2.4. Princípios orientadores da GPE para a implementação da igualdade de género

De forma a concretizar os objetivos de alto nível, em matéria de igualdade de género, os intervenientes do setor da educação devem aplicar uma perspetiva de género em todas as atividades organizacionais e programáticas. Os seguintes princípios orientadores, em matéria de género, são as fundações sobre as quais repousa o diálogo construtivo e as decisões de programação em toda a GPE (ver figura 4). Estes princípios articulam todos os aspetos que os parceiros devem respeitar em todos os seus processos, de forma a ser possível progredir, significativamente, na programação da GPE, em termos de igualdade de género. Os princípios orientadores estão fundamentados nos conhecimentos e debates entre especialistas em questões de género e profissionais do desenvolvimento.⁵⁹ Estão, igualmente, assentes em acordos de direitos humanos, protocolos internacionais e em objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS).⁶⁰

59 Os princípios orientadores da GPE são baseados na experiência de outros profissionais e intervenientes que incorporam a perspetiva de género, aplicada ao modelo de parceria da GPE, incluindo: as Normas mínimas para a integração da igualdade de género da FHI 360 e o Manual da ONU. Mulheres sobre a incorporação da perspetiva de género para obter resultados de igualdade de género.

60 Os instrumentos de direitos e protocolos internacionais que informam esses princípios orientadores incluem: os ODS 4 e ODS 5 das Nações Unidas, a Educação 2030: Declaração de Incheon e marco de ação para uma educação inclusiva, equitativa de qualidade e aprendizagem ao longo da vida para todos, a Convenção da UNESCO contra a discriminação na educação, a Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiências e a Declaração e plataforma de ação de Pequim das Nações Unidas.

FIGURA 4. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA GPE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO



Os princípios orientadores da GPE sobre a igualdade de gênero são concebidos para auxiliar o diálogo entre parceiros e normalizar a abordagem às principais áreas de integração sistemática da igualdade de gênero.



1. Liderança

A liderança política é fundamental para mobilizar o apoio e o envolvimento dos diversos intervenientes envolvidos na mudança do sistema educativo. A GPE desempenha um papel importante de agregação no panorama internacional do setor educativo, assegurando uma liderança global sobre a importância da integração de gênero para melhorar a eficácia do sistema educativo. Para que os parceiros governamentais e outros líderes consigam traduzir esta visão de gênero numa integração do gênero nas práticas dos ministérios e organizações, a liderança sénior deve garantir planos de implementação concretos e prever recursos financeiros adequados nos seus orçamentos. É vital desenvolver uma liderança capaz de implementar uma cultura onde as questões de gênero podem ser debatidas e onde as diversas partes interessadas podem propor soluções, pois só assim será possível encontrar soluções criativas que permitam melhorar a compreensão e implementação dos meios disponíveis para lutar contra as complexas desigualdades de gênero.



2. Análise de gênero e evidências

A análise de gênero é o estudo que identifica as necessidades, os desafios, os riscos, as dinâmicas de poder, bem como as oportunidades específicas e diferenciadas ligadas ao gênero, que influenciam as experiências educativas dos indivíduos. Uma análise de gênero adaptada ao sistema educativo é uma parte vital de qualquer processo da planificação da GPE. As evidências que sustentam esta análise podem ser recolhidas e compiladas a partir de diversas fontes e partes interessadas fiáveis, e devem ser atualizadas periodicamente para que possam orientar, continuamente, a formulação de políticas e iniciativas. A utilização de dados atualizados e adaptados ao contexto, permite compreender, de forma mais detalhada, cada realidade, em matéria de gênero, e encontrar a melhor forma de abordar as questões de gênero ao nível do sistema.⁶¹ (ver o anexo 1 para aceder a uma lista diversificada de ferramentas de apoio.)



3. Interseccionalidade

A implementação de uma abordagem interseccional inclui reconhecer que o modo como as identidades se cruzam contribui para as dinâmicas de poder que podem reforçar a marginalização. Os dados desagregados por sexo são um primeiro passo essencial para compreender os padrões de envolvimento e desafios na educação. No entanto, os rapazes e as raparigas não têm, necessariamente, as mesmas necessidades ou desafios. A compreensão de outras identidades, como a idade, a localização, a deficiência, a origem étnica, a língua, o nível económico, orientação sexual e outras características, produz uma imagem mais detalhada do envolvimento com a escola, o que possibilita ter uma visão mais profunda da forma como a conceção do programa poderá abordar as questões resultantes do fraco desempenho escolar ou da exclusão. A disponibilidade de dados representa um desafio em muitos contextos, mas o reforço e expansão dos sistemas de dados, bem como a procura por contribuições de diferentes grupos, garante que as discussões em torno da conceção dos programas incluem uma perspetiva interseccional.



4. Capacidades

É essencial integrar especialistas com conhecimentos técnicos específicos em matéria de género para ajudar a implementar e orientar os processos da GPE. No entanto, é preciso reconhecer que a integração da igualdade de género é uma responsabilidade de todos os parceiros, em todas as equipas. A formação e o reforço das capacidades especializadas em assuntos de género,

em todos os departamentos e equipas, mobiliza um apoio mais alargado para identificar novas oportunidades que promovam um maior progresso. As subvenções da GPE para o reforço das capacidades do sistema e o programa destinado a reforçar as capacidades da sociedade civil (Educação em Voz Alta) reconhecem a importância dos investimentos no desenvolvimento de competências, especialmente na área de género, para acelerar o progresso. É essencial garantir que os coordenadores (pontos focais) de género ou as unidades encarregues das questões de género têm mandatos explícitos e capacidade para tomarem decisões estratégicas, a fim de colocar à disposição de todos, os meios necessários para promover a igualdade de género nos programas da educação.



5. Soluções de sistema para a igualdade de género

Assegurar que uma abordagem que visa reforçar o sistema engloba objetivos claros para promover a igualdade entre homens e mulheres, tem o potencial para impulsionar mudanças significativas e sustentáveis a nível nacional. A mudança a este nível sistémico mais profundo permite combater as causas de raiz que estão na base da diminuição das taxas de escolarização, da retenção, da aprendizagem e da transição, ao invés de introduzir soluções de curto-prazo, suscetíveis de terem impacto apenas num determinado grupo de crianças e jovens. A abordagem de sistema à igualdade de género deve reconhecer o papel do poder e dos indivíduos que intervêm nos fóruns de tomada de decisão ao nível do sistema, bem como o conteúdo das discussões.⁶²

Reforço das capacidades para a integração da perspetiva de género

O “Manual para a Integração da Perspetiva de Género para Resultados em Matéria de Igualdade de Género” da ONU Mulheres, reforça a necessidade de implementação de uma abordagem de duas vias. A integração da perspetiva de género deve incorporar o cuidado com a igualdade de género nos seus processos regulares e implementar intervenções direcionadas para a resolução de constrangimentos e desafios vivenciados por mulheres ou homens, raparigas ou rapazes. Um elemento-chave desta abordagem integrada consiste na utilização de técnicas de mudança organizacional que incluam o desenvolvimento de capacidades. As falhas verificadas ao nível da integração da perspetiva de género podem, muitas vezes, estar ligadas à cultura organizacional, quer por via de uma liderança que não aceita as metas de igualdade de género, quer por via da resistência dos funcionários, da sobrecarga do pessoal e/ou da falta de formação. A adoção de abordagens proativas e participativas no desenvolvimento de metodologias e ferramentas com os funcionários, significa que os esforços realizados, ao nível da integração do género, têm maior probabilidade de sucesso de inclusão nas práticas organizacionais.

Fonte: [UN Women Handbook for Gender Mainstreaming for Gender Equality Results](#), ONU Mulheres

As normas sociais são muitas vezes vistas como um problema que deve ser tratado a nível local; no entanto, o combate às normas de género nocivas, a nível central, pode remover as principais barreiras à educação, por exemplo, através da implementação de políticas para erradicar o casamento infantil, a mutilação genital feminina e a violência de género em contexto escolar. Muitas destas iniciativas de integração da perspetiva de género na educação requerem uma abordagem intersectorial, como a colaboração com os ministérios da saúde e da justiça, ilustrando a importância de posicionar os objetivos em matéria de igualdade de género nas atividades a nível do sistema.

“No FAWE, acreditamos que incorporar mudanças ao nível do sistema é essencial para promover a igualdade de género na educação. Através dos nossos modelos de pedagogia sensível ao género, testemunhamos o poder transformador de abordar barreiras e preconceitos sistémicos. Através da criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e reforço das capacidades, tanto de raparigas como de rapazes, é possível criar um futuro onde todas as crianças têm oportunidades iguais para prosperar e contribuir para a sociedade”. Representante de OSC, do Gabinete Regional FAWE



6. Processos inclusivos

Os processos que analisam e definem as reformas prioritárias devem incluir vozes diversas e conhecimentos especializados em matéria de género, ao nível do país. Muitos fóruns institucionais envolvidos na planificação da educação são profundamente patriarcais e hierárquicos, pelo que é necessário apoiar e incluir intencionalmente as vozes dos jovens, das mulheres que ocupam funções subalternas que representam a igualdade de género e/ou representantes de comunidades marginalizadas.⁶³ Devem ser feitos esforços deliberados para garantir que as soluções tenham por base a visão local, bem como a experiência em matéria de género e de interseccionalidade. As organizações da sociedade civil, incluindo as entidades representativas dos jovens, são fontes valiosas de conhecimento local e de conhecimentos especializados em matéria de género. A inclusão de diversos grupos ou indivíduos locais pode ser feita por meio de grupos locais de educação ou outros fóruns e é frequentemente vista como um meio para adotar, de forma mais eficaz, as reformas a nível local quando estas são implementadas.

“Durante a nossa reunião, um funcionário do governo referiu que tem, agora, uma compreensão diferente da igualdade de género no planeamento da educação. Anteriormente, centravam-se apenas nos alunos, mas graças à nossa contribuição, compreendeu a necessidade de olhar para a questão do género na “globalidade” do panorama da educação. Alertámos para a necessidade de abordar as disparidades de género na liderança da educação, em particular o facto de os diretores escolares serem, predominantemente, homens e os efeitos daí provocados ao nível da participação, das aspirações e da aprendizagem das raparigas”. Diretor Nacional da CAMFED Tanzânia, entrevistado pelo Secretariado da GPE



7. Não prejudicar

Os programas que visam mudar, desafiar ou transformar o status quo, apresentam, muitas vezes, riscos para os envolvidos. Para os programas que procuram, especificamente, desafiar as atitudes existentes em relação aos papéis do género, é provável que venham a ocorrer consequências não intencionais para os envolvidos, nomeadamente sob a forma de resistência, reações negativas ou exclusão. As avaliações dos riscos devem ter em conta uma perspetiva de género para avaliar os riscos potenciais das atividades e permitir que as partes interessadas possam propor estratégias de mitigação. Este princípio orientador é apoiado pela Política de Proteção contra a Exploração, Abuso e Assédio Sexuais da GPE, que descreve as expectativas e as obrigações dos responsáveis de governação da GPE, dos funcionários do Secretariado da GPE e de todos os parceiros da GPE envolvidos na implementação das subvenções da GPE.⁶⁴



8. Responsabilização

Os mecanismos de responsabilização permitem que todos os intervenientes possam acompanhar o progresso e manter o foco na integração do género nos seus processos e programas. As partes interessadas da GPE estão comprometidas com os instrumentos de direitos humanos e com a estrutura dos ODS, bem como com outros compromissos interseccionais, tais como os assumidos na Cimeira Mundial da Deficiência em 2022.⁶⁵

63 UNGEI e Cambridge Education, *How is Gender Equality Included in Education Sector Planning?*

64 GPE, *Política de proteção contra a exploração, abuso e assédio sexuais* (Washington: Parceria Global para a Educação, 2021).

65 “Global Disability Summit 2022 – Oslo, Noruega,” Cimeira Mundial sobre a Deficiência, consultado em 4 de agosto de 2023.

Os compromissos concretos em matéria de igualdade de géneros são assumidos por via dos acordos de parceria da GPE, com os respetivos quadros de acompanhamento. Outros mecanismos em vigor no âmbito da parceria incluem relatórios anuais sobre indicadores-chave, exercícios de reflexão entre departamentos ou equipas, ou avaliações ou auditorias de género mais formais, lideradas pela GPE.

Imbuídos no conceito de parceria, as partes interessadas da GPE partilham a responsabilidade pela igualdade de género. As responsabilidades em matéria de igualdade de género, no âmbito dos processos da GPE, devem ser suficientemente claras para estabelecer uma cultura de responsabilização mútua que permita acompanhar a implementação dos sistemas educativos e abrir espaço para a aprendizagem e para o progresso. (Ver o quadro 1, na secção 3 para obter um resumo sobre a responsabilização mútua em matéria de igualdade de género, que ilustra as funções e responsabilidades das partes interessadas da GPE no que diz respeito à integração sistemática da igualdade de género nos processos e na implementação de atividades da GPE).

2.5. Continuum da igualdade de género utilizado no diálogo da GPE

A discussão dos objetivos para a igualdade de género na conceção dos programas beneficia da especificidade da terminologia relativa à igualdade de género. O continuum da igualdade de género (ver figura 5) é uma ferramenta utilizada na conceção de programas para avaliar a forma como os esforços de programação respondem aos objetivos de igualdade de género. Utilizando a linguagem do continuum, os intervenientes do setor da educação podem avaliar os programas em curso ou recolher informações que guiem a conceção dos próximos programas, salientando as áreas com potencial para aperfeiçoar a sua abordagem, com o intuito de alcançar a extremidade mais responsiva ou transformadora do espetro. Este continuum, bem como as ferramentas associadas, pode, igualmente, ser implementado numa perspetiva voltada para a inclusão ou deficiência.⁶⁶ A GPE procura implementar programas que respondam à análise e às evidências de género, adotando, no mínimo, uma abordagem sensível ao género, com o objetivo de trabalhar para alcançar a extremidade transformadora do continuum.

FIGURA 5. CONTINUUM DA IGUALDADE DE GÉNERO PARA AVALIAR OS OBJETIVOS DE IGUALDADE DE GÉNERO DAS INTERVENÇÕES DO PROGRAMA



Nota: Baseado no artigo [orientações sobre a integração do género na avaliação](#), da UNICEF.

Enquanto parceiros, é útil ter uma compreensão partilhada desta terminologia à medida que os programas são desenvolvidos em conjunto:

- **Discriminatório para com o género (gender discriminatory):** favorece os rapazes/homens ou raparigas/mulheres, acentuando as desigualdades de género.
- **Indiferente ao género (gender unaware):** ignora o género na conceção dos programas, perpetua o status quo ou agrava, potencialmente, a desigualdade de género.
- **Sensível ao género (gender sensitive):** reconhece as desigualdades entre os géneros, mas não as aborda de uma forma sólida.
- **Reativo ao género (gender responsive):** identifica e aborda as diferentes necessidades das raparigas, dos rapazes, das mulheres e dos homens e promove a igualdade de resultados.
- **Transformador para com o género (gender transformative):** procura, explicitamente, corrigir as desigualdades de género e capacitar as populações desfavorecidas.

⁶⁶ Exemplo de um continuum similar, utilizado como ferramenta de monitorização: [Desafio para a Educação de Raparigas: Igualdade de Género e Inclusão Social \(GESI\)](#); Ferramenta de Autoavaliação para Projetos; Documento de Orientação.

SECÇÃO 3. RESPONSABILIZAÇÃO MÚTUA EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE GÉNERO

3.1. Responsabilização da GPE em matéria de igualdade de género

No modelo operacional da GPE existem diversos mecanismos de responsabilização que garantem o cumprimento das expectativas em todos os processos, incluindo nas subvenções. Estes mecanismos vão além das orientações para as subvenções, descritas na secção 2.3. Os seguintes mecanismos de responsabilização funcionam a nível nacional e mundial.

- ▶ **Carta de Estatutos da GPE:** os participantes envolvidos nas parcerias nacionais da GPE assinam a Carta de Estatutos da GPE, como representação de um compromisso partilhado em prol de um trabalho em parceria. A Carta refere funções e responsabilidades claras para cada grupo de participantes a nível nacional, para o Secretariado da GPE e para o Conselho de Administração. A Carta responsabiliza os seus signatários a agirem de acordo com os princípios, nos quais se inclui a “concretização da igualdade de género”.
- ▶ **Grupos locais de educação:** a GPE trabalha com as partes interessadas na educação a nível nacional e facilita o diálogo político inclusivo através dos grupos locais de educação. Estes grupos garantem que todos os parceiros são ouvidos e contribuem para o diálogo político, fortalecendo, assim, os sistemas educativos, também numa perspetiva de igualdade de género. Os grupos locais de educação desempenham um papel fundamental no fornecimento de evidências adequadas, na seleção dos agentes de subvenção, na inclusão de conhecimentos especializados a nível local e estão envolvidos no desenvolvimento das subvenções. As funções específicas desempenhadas por cada parceiro, a nível nacional, estão descritas no quadro 1.⁶⁷

- ▶ **Pactos de parceria da GPE:** um mecanismo de responsabilização a nível nacional. O pacto de parceria é ratificado pelos parceiros, a nível nacional, e os seus mecanismos de responsabilização incluem:
 - ▶ Envolvimento ativo dos intervenientes com funções e responsabilidades em matéria de igualdade de género, tal como descrito no quadro 1.
 - ▶ Evidências da participação de especialistas em questões de género na equipa de trabalho ou do envolvimento de uma organização responsável pelas questões de género.
 - ▶ Evidências de que os países parceiros basearam o diálogo sobre as reformas prioritárias e a definição de prioridades em análises e evidências sólidas em matéria de género.
 - ▶ Resposta ao feedback dado pela avaliação efetuado pelo Centro de Especialização de Género, do Secretariado da GPE. O Secretariado da GPE utiliza uma ferramenta de avaliação do pacto sensível às questões de género, de forma a fornecer um feedback padronizado aos seus parceiros.⁶⁸
 - ▶ Os países elegíveis para financiamento proveniente do Acelerador para Educação de Raparigas (GEA) devem ser claros quanto ao valor agregado dos recursos suplementares utilizados para promover a educação de raparigas.
- ▶ **Subvenções da GPE:** apoio aos países parceiros na transformação do sistema, reforço das capacidades do sistema e objetivos ligados à igualdade de género através de diversos mecanismos de responsabilização, nomeadamente:
 - ▶ Os parceiros devem garantir que o programa desenvolvido está alinhado com o pacto

67 O documento “nota de orientação sobre os termos de referência para grupos locais de educação” aborda, igualmente, o papel da igualdade de género nos grupos locais de educação.

68 A ferramenta de análise das questões de género no pacto da GPE procura determinar os seguintes aspetos: os dados e a análise efetuada em matéria de género foram utilizados para fundamentar as reformas prioritárias? o género é uma preocupação transversal em todas as atividades propostas? de que forma as questões de género foram tidas em consideração no acesso à educação, dentro da educação e através da educação? está prevista a implementação de uma abordagem de sistema em termos da igualdade de género? Foi utilizada uma versão adaptada desta ferramenta nos países elegíveis para o GEA; os revisores avaliam, igualmente, a existência de soluções ao nível do sistema para combater as causas fundamentais dos obstáculos à educação de raparigas, bem como a complementaridade da subvenção proveniente do acelerador para a educação de raparigas com a subvenção correspondente.

a nível nacional, incluindo em termos de responsabilização mútua na igualdade de género.

- ▶ Os agentes da subvenção devem garantir que o programa integra de forma sistemática a igualdade de género, exigindo que a conceção do programa seja alimentada, de forma transversal, por evidências e pela visibilidade do género, tendo, igualmente, em conta a teoria de mudança.
 - ▶ O processo de garantia da qualidade do Secretariado da GPE incorpora uma norma sobre a integração da igualdade de género na conceção dos programas.⁶⁹ A avaliação deste aspeto é apoiada por uma ferramenta de análise de género (mais abaixo, poderá encontrar mais pormenores sobre esta ferramenta).
 - ▶ Os países elegíveis para o GEA devem, igualmente, diferenciar o valor agregado dos fundos suplementares e esclarecer de que forma serão usados para combater os principais obstáculos à educação de raparigas. Este processo é apoiado por uma lista de verificação adicional de garantia da qualidade (ver páginas 12 a 14 do documento “Normas de qualidade para a avaliação dos programas de Subvenção para a Transformação do Sistema e do Multiplicador da GPE”).
- ▶ **Relatório de resultados da GPE**⁷⁰ fornece informações anuais sobre os progressos realizados ao nível do Quadro de Resultados da GPE 2025, acordado pelo Conselho de Administração, incluindo indicadores, a nível nacional e mundial, sobre a igualdade de género.

Para o Relatório de Resultados de 2023, a GPE introduziu um novo indicador de processo focado na igualdade de género: “a proporção de países nos quais a igualdade de género foi integrada, de forma adequada, logo na fase inicial da conceção dos seus programas”. Este indicador de processo complementa os atuais indicadores do relatório de resultados.

O indicador de processo fundamenta-se numa avaliação, em matéria de género, levada a cabo pelo Secretariado da GPE na primeira Análise de Garantia da Qualidade (QAR) da nota conceptual do programa do agente de subvenção. Esta análise, em matéria de género, tem como objetivo determinar o nível de integração da igualdade de género no programa proposto, relativamente às prioridades de igualdade de género dentro da educação e através da educação, tal como estabelecido no pacto de parceria.⁷¹

Os resultados obtidos com esta ferramenta permitem, também, orientar as funções de responsabilização ao nível de cada país, através de feedback para apoiar a implementação das subvenções, bem como as funções globais de comunicação e relatórios da GPE, incluindo o quadro de risco.

- ▶ **Indicador do código da subvenção em matéria de género**:⁷² todas as subvenções em vigor e futuras para a implementação do sistema serão codificadas com base num marcador de género, adaptado aos processos da GPE, baseado no marcador de política do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de forma a ser possível medir as contribuições das subvenções em termos de integração da igualdade de género enquanto elemento “significativo” ou “principal”.⁷³ Os dados relativos a esta questão serão incluídos em futuros relatórios de resultados.
- ▶ **Relatório anual da GPE** apresenta exemplos da integração sistemática da igualdade de género por via de subvenções e de investigação provenientes dos programas KIX e Educação em Voz Alta.

69 As normas de qualidade da GPE incluem as normas em matéria de igualdade de género.

70 Relatório de resultados da GPE 2023 (prestes a ser publicado)

71 A ferramenta de análise das questões de género no pacto da GPE procura determinar os seguintes aspetos: os dados e a análise efetuada em matéria de género foram utilizados para fundamentar as reformas prioritárias? o género é uma preocupação transversal em todas as atividades propostas? de que forma as questões de género foram tidas em consideração no acesso à educação, dentro da educação e através da educação? está prevista a implementação de uma abordagem de sistema em termos da igualdade de género? Foi utilizada uma versão adaptada desta ferramenta nos países elegíveis para o GEA; os revisores avaliam, igualmente, a existência de soluções ao nível do sistema para combater as causas fundamentais dos obstáculos à educação de raparigas, bem como a complementaridade da subvenção proveniente do acelerador para a educação de raparigas com a subvenção correspondente.

72 Aquando da publicação deste documento, o indicador do código de subvenção em matéria de género ainda não tinha sido publicado.

73 A métrica de codificação das subvenções da GPE foi concebida com base nas categorias utilizadas no marcador de políticas do CAD da OCDE. Pode consultar informações adicionais [aqui](#).

FIGURA 6. RESPONSABILIZAÇÃO MÚTUA EM MATÉRIA DE IGUALDADE DE GÊNERO NO CONTEXTO DE UM MODELO DE PARCERIA DA GPE



3.2. Responsabilização mútua em matéria de igualdade de gênero no contexto de um modelo de parceria

A GPE 2025 promove os princípios e a prática da responsabilização mútua e da transparência em toda a parceria. Trata-se de um modelo descentralizado de responsabilização que significa que todos os parceiros se responsabilizam mutuamente pela concretização de metas e objetivos comuns (ver figura 6). A GPE apoia a responsabilização mútua a nível nacional, nomeadamente através do reforço das instâncias formais das partes interessadas, tais como os grupos locais de educação que integram vários destes intervenientes. No que diz respeito às responsabilidades de igualdade de gênero, no contexto deste modelo de responsabilização, todos os participantes a nível nacional, partilham a responsabilidade de integrar a igualdade de gênero no diálogo, no planeamento e na implementação de políticas. Estes são apoiados por parceiros e homólogos a nível mundial que desempenham, igualmente, um papel na conservação do perfil e na concretização da igualdade de gênero.

Todos estes intervenientes são responsáveis pela defesa dos direitos à educação das crianças que a GPE se esforça por apoiar. A monitorização destas responsabilidades será feita através de avaliações intercalares do pacto de parceria.

3.3. Funções e responsabilidades dos parceiros da GPE em matéria de igualdade de gênero

Nomeação de um parceiro “responsável pelas questões de gênero”

Todas as partes interessadas da GPE desempenham uma função na implementação e responsabilização no âmbito do objetivo de igualdade de gênero, definido na GPE 2025. No entanto, a experiência retirada de iniciativas para a integração da igualdade de gênero em contexto de parcerias com diversas partes interessadas, demonstrou que é vantajoso nomear um parceiro “responsável pelas questões de gênero” para manter o ímpeto e a responsabilização nos processos, a nível nacional. A aptidão para assumir esta função pode variar consoante o país, mas deverá basear-se na experiência e nos conhecimentos especializados em matéria de igualdade de gênero, no contexto do país. A nomeação deve ser alcançada através de um processo transparente com o grupo local de educação ou entidade equivalente. O parceiro responsável pelas questões de gênero desempenha um papel fundamental na garantia de que todos os membros estão sensibilizados e cumprem as suas funções e responsabilidades, tal como descrito no quadro 1.⁷⁴

74 As responsabilidades enumeradas no quadro 1 estão especificamente relacionadas com o gênero. As funções e responsabilidades mais abrangentes dos parceiros da GPE estão descritas na [Carta de Estatutos da GPE](#).

QUADRO 1. FUNCIONES Y RESPONSABILIDADES DE LOS SOCIOS DE LA GPE EN MATERIA DE IGUALDAD DE GÉNERO

Parceiro	Responsabilidade
<p>Grupos locais de educação</p> <p>Dependendo do contexto, o grupo local de educação é, geralmente, composto pelo governo, parceiros de desenvolvimento, grupos da sociedade civil, representantes da classe docente, órgãos representativos de jovens e ONGs. As fundações privadas e os parceiros do setor privado podem, igualmente, integrar este grupo.</p> <p>O grupo local de educação é um fórum colaborativo destinado a promover o diálogo sobre políticas do setor da educação, sob a liderança do governo, no âmbito do qual ocorre o principal processo de consulta entre o governo e os seus parceiros, em torno do desenvolvimento do setor da educação.</p>	<p>Enquanto entidade coletiva, o grupo local de educação (GLE) é responsável por:*</p> <p>Analisar e discutir os diagnósticos setoriais, assegurando que a análise integra evidências e análises sólidas em matéria de género.</p> <p>Assegurar a inclusão de competências especializadas, em matéria de género, no fórum consultivo, tendo em vista o desenvolvimento da planificação do setor da educação e do pacto de parceria do governo.</p> <p>Participar em processos de candidatura a financiamentos da GPE, incluindo a seleção de um agente da subvenção com conhecimentos adequados em matéria de género e educação.</p> <p>Assegurar que são incluídos especialistas em questões de género diversificados nas avaliações setoriais conjuntas, lideradas pelo governo, ou em mecanismos equivalentes a fim de monitorizar, em conjunto, a implementação do plano para o setor da educação ou o plano de transição da educação e avaliação intercalar do pacto de parceria.</p> <p>Nos países afetados por fragilidades e conflitos, o GLE poderá ter que assumir a responsabilidade de trabalhar com a <i>cluster</i> de educação.</p>
<p>Sociedade civil</p> <p>A sociedade civil engloba as ONGs, nomeadamente organizações da sociedade civil internacionais e locais.</p> <p>Os representantes da classe docente, bem como órgãos representativos de jovens e refugiados, incluem-se, igualmente, nesta categoria para fins de responsabilização.</p>	<p>Disponibilizar apoio significativo e eficaz à análise e desenvolvimento do setor da educação, à implementação e à monitorização do plano para o setor da educação, através de conhecimentos especializados em questões de género, a nível nacional.</p> <p>Participar no processo de seleção dos agentes de subvenção, assegurando que estes possuem um nível adequado de conhecimentos especializados, em matéria de género, para implementar e monitorizar a conceção e execução dos programas numa perspetiva de género e de não prejudicar.**</p> <p>Assegurar que as vozes das mulheres e das raparigas estão fortemente representadas nos debates sobre a elaboração, a implementação e a monitorização do plano do setor da educação e do pacto de parceria.</p> <p>Partilhar proativamente as evidências e aprendizagens em matéria de género através do grupo local de educação e da GPE.</p>

Parceiro

Responsabilidade

Governo e países parceiros

Apoiar o processo de preparação do pacto, de forma a garantir a inclusão de uma análise de género, a integração de conhecimentos especializados em matéria de género na equipa de trabalho e assegurar que o tema do género é uma questão transversal às áreas da reforma prioritária selecionada.

Desenvolver e implementar um plano para o setor da educação baseado em dados concretos, fruto de um processo de consulta abrangente e de dados de boa qualidade em matérias género.

Garantir a implementação eficaz do plano para o setor da educação com base em dados do setor da educação desagregados por género e outros contextos específicos.

Reforçar os sistemas de gestão e informação da educação, dando prioridade à recolha, utilização e partilha de dados fíaveis e desagregados sobre o setor da educação, englobando dados sobre a igualdade de género.

Liderar mecanismos eficazes e inclusivos para o diálogo sobre as políticas que promovam uma participação significativa das partes interessadas, nomeadamente dos representantes organismos ligados ao género nos ministérios, bem como especialistas em questões de género provenientes da sociedade civil, professores, representantes dos jovens, parceiros do setor privado (se relevante) e parceiros de desenvolvimento.

Parceiros de desenvolvimento

Os parceiros de desenvolvimento são compostos por representantes locais de parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e outros doadores (incluindo fundações filantrópicas privadas).

Apoiar o processo de preparação do pacto, de forma a garantir a inclusão de uma análise de género, a integração de conhecimentos especializados em matéria de género na equipa de trabalho e assegurar que o tema do género é uma questão transversal às áreas da reforma prioritária selecionada. Contribuir com conhecimentos técnicos especializados em matéria de género para apoiar os mecanismos de diálogo político e de monitorização, liderados pelo governo.

Assegurar a inclusão de conhecimentos especializados, em matéria de género, na avaliação independente do plano do setor da educação de um país parceiro, avaliando se o plano setorial se baseia em dados de qualidade e próprios do contexto, em matéria de género.

Participar no processo de seleção dos agentes de subvenção, assegurando que este possuem um nível adequado de conhecimentos especializados, em matéria de género, para implementar e monitorizar a conceção e execução dos programas numa perspetiva de género e de não prejudicar.**

Parceiro	Responsabilidade
<p>Agências coordenadoras</p> <p>A agência coordenadora é selecionada pelo grupo local de educação e facilita o trabalho do grupo.</p> <p>A agência coordenadora é, igualmente, um elo de comunicação entre o governo do país, os parceiros do grupo local de educação e o Secretariado da GPE.</p>	<p>Apoiar o processo de preparação do pacto, de forma a garantir a inclusão de uma análise de género, a integração de conhecimentos especializados, em matéria de género, na equipa de trabalho e assegurar que o tema do género é uma questão transversal às áreas da reforma prioritária selecionada.</p> <p>Facilitar a harmonização da coordenação do setor, a promoção de um diálogo sobre políticas e monitorização colaborativas, eficazes e que integre os conhecimentos especializados de género por parte dos parceiros da GPE por via do grupo local de educação e outros fóruns.</p> <p>Participar no processo de seleção dos agentes de subvenção, assegurando que este possuem um nível adequado de conhecimentos especializados, em matéria de género, para implementar e monitorizar a conceção e execução dos programas numa perspetiva de género e de não prejudicar.**</p>
<p>Agentes de subvenção</p> <p>O agente de subvenção apoia (a) o governo na elaboração, implementação e monitorização do plano do setor da educação e dos programas do setor da educação financiados pela GPE e (b) a GPE na elaboração e implementação de atividades de investigação, no reforço de capacidades e na partilha de conhecimentos a nível regional e mundial.</p>	<p>Garantir que a perspetiva de igualdade de género é tida em consideração na elaboração do programa de educação com o governo e o grupo local de educação.</p> <p>Aportar apoio técnico, em matéria de género e de educação, e reforçar as capacidades para a elaboração dos programas e orçamentos adotados pelo governo, incluindo medidas corretivas para garantir uma implementação eficaz, em conformidade com a candidatura de subvenção aprovada pelo Conselho de Administração da GPE.</p> <p>Promover a transparência e partilhar, proactivamente, as evidências relacionadas com o género, bem como as aprendizagens retiradas das experiências com o grupo local de educação e com o Conselho de Administração da GPE, através do Secretariado da GPE.</p> <p>Comunicar à GPE e ao grupo local de educação os resultados e o impacto dos investimentos da GPE, seguindo as normas de monitorização e avaliação que medem os indicadores ligados ao género.</p>

Parceiro	Responsabilidade
Conselho de Administração da GPE O Conselho de Administração é composto por representantes de países parceiros, doadores, bancos multilaterais ou regionais, parceiros da sociedade civil (incluindo representantes da classe docente) e do setor privado/fundações.	<p>Integrar a igualdade de género na visão, missão, metas e objetivos da estratégia da GPE e aprovar os recursos e os planos de implementação necessários para a integração do género.</p> <p>Impulsionar e monitorizar o desempenho da parceria para alcançar a igualdade de género, no âmbito dos planos estratégicos da GPE.</p> <p>Acompanhar o progresso da integração das questões de género no desempenho programático e financeiro das subvenções, a fim de garantir que os recursos são utilizados em conformidade com os planos estratégicos da GPE, nomeadamente ao nível das metas, dos objetivos e das políticas para a igualdade de género (dados monitorizados através do relatório anual de resultados).</p> <p>Promover a causa da GPE e a oferta de uma educação de qualidade, com igualdade de género, para todas as crianças nos países parceiros.</p>
Secretariado da GPE O Secretariado leva a cabo as atividades do dia-a-dia da GPE, servindo os interesses da parceria como um todo.	<p>Defender, a nível mundial, a igualdade de género no acesso à educação, dentro educação e através da educação.</p> <p>Estabelecer orientações e fornecer informações sobre as expectativas da GPE em torno da igualdade de género, nos mecanismos de financiamento e processos associados, tendo em vista a concretização da missão, da visão, das metas e dos objetivos da GPE.</p> <p>Proceder a uma avaliação da garantia de qualidade em matéria de género e fornecer feedback sobre as candidaturas a subvenções, garantindo que os parceiros compreendem as normas aplicáveis e as expectativas no âmbito da integração das questões de género.</p> <p>Integrar as questões de género na monitorização e na avaliação das subvenções financiadas pela GPE.</p> <p>Certificar-se de que os agentes de subvenção respeitam as normas mínimas aplicáveis aos agentes de subvenção.**</p> <p>Apoiar os grupos locais de educação e as agências de coordenação, garantindo que todas as categorias de parceiros da GPE, e outros com experiência em questões de género e de inclusão, são incluídos nos processos de elaboração das políticas.</p> <p>Apoiar as agências coordenadoras e os grupos locais de educação nos processos nacionais, participando e prestando apoio técnico de qualidade em matéria de género (com base nas necessidades, conforme acordado no país) ao processo de planeamento e à monitorização dos resultados, através de análises setoriais conjuntas.</p> <p>Promover e apoiar uma troca eficaz de conhecimento e boas práticas sobre o papel da igualdade de género na educação em todas as fases da parceria.</p> <p>Assegurar a monitorização dos resultados em matéria de igualdade de género a nível nacional e global, de acordo com as estratégias, objetivos e políticas da GPE, com o intuito de reportar ao Conselho de Administração e aos seus comités o progresso realizado na integração do género na globalidade da parceria.</p>

* As funções e responsabilidades específicas dos membros do grupo local de educação nos processos da GPE estão descritas, de forma mais detalhada, nas secções relativas a outros parceiros, mais à frente.

** As normas mínimas aplicáveis aos agentes de subvenção e os documentos relacionados devem ser atualizados de modo a refletirem essa mudança.

SECÇÃO 4. CONCLUSÃO

Este documento foi concebido com o intuito de explicar a forma como o objetivo de igualdade de género, estabelecido na GPE 2025, está a ser implementado por via de uma abordagem de parceria. O modelo de parceria da GPE mobiliza as diversas partes interessadas ao nível dos sistemas educativos em cada país parceiro, abrindo caminho para influenciar e privilegiar o tema da igualdade de género na planificação e na implementação do sistema educativo.

A secção 1 apresenta um breve contexto global ao nível da importância de incluir a igualdade de género na transformação do sistema educativo. Os efeitos do género na experiência e no sucesso escolares estão profundamente enraizados nas mentalidades e, portanto, torna-se fundamental adotar soluções educativas diferenciadas, ou seja, soluções baseadas na análise de género que tenham em consideração o contexto, as características e os quadros jurídicos.

Nos últimos cinco anos, diversas iniciativas e declarações globais relevantes reconheceram o papel da igualdade de género na implementação de sistemas educativos eficazes. É importante manter o impulso inicial que estes compromissos criaram e utilizarmos eficazmente os recursos para a operacionalização destes compromissos. A GPE está empenhada em concretizar uma mudança transformadora de sistema em matéria de género, uma mudança sustentável, focada nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) para a igualdade de género e de uma educação de qualidade para todos. Para tal, devemos reconhecer a importância da integração das normas sociais nas abordagens do sistema, a fim de alcançarmos a igualdade de género no acesso, na educação e através da educação.

A secção 2 fornece as ferramentas e as abordagens que permitem destacar a forma como a igualdade de género está a ser integrada, de modo sistemático, em todos os sistemas e processos da GPE. Destacam-se os pontos de entrada ligados à igualdade de género dentro do modelo operacional e dos princípios orientadores da GPE, como forma de auxiliar o diálogo entre os parceiros e promover a normalização das abordagens em áreas-chave para a integração sistemática da igualdade de género.

A secção 3 descreve diversos mecanismos robustos de responsabilização que garantem o cumprimento das expectativas criadas em torno das funções e das responsabilidades em matéria de igualdade de género, em todos os processos da GPE, incluindo as subvenções. Os métodos únicos de trabalho da GPE garantem que nenhum organismo é o único responsável pela apresentação de resultados em matéria de igualdade de género. Os parceiros responsabilizam-se mutuamente pela igualdade de género através da representação das partes interessadas na parceria. Dado o número de intervenientes envolvido nas operações da GPE, é importante clarificar qual a contribuição de cada parceiro neste objetivo coletivo, bem como qual a função e responsabilidades de cada parceiro, quer a nível nacional quer a nível mundial. As funções e responsabilidades dos parceiros estão descritas no quadro 1, da secção 3.3.

A GPE 2025 introduz uma abordagem fundamentada no conceito “aprender e adaptar” em todas as atividades da parceria, nomeadamente na implementação do objetivo coletivo em matéria de igualdade de género, tal como mencionado neste documento. As aprendizagens retiradas dos próximos 12 a 24 meses farão parte de um diálogo contínuo de parceria e irão contribuir para o desenvolvimento da nova estratégia e do quadro de resultados da GPE 2030, que será preparado em 2024.

O impulso gerado pelas parcerias alargadas no âmbito da GPE tem potencial para transformar os sistemas educativos em vários países. O objetivo geral deste documento e do diálogo subsequente é destacar o poder e a capacidade desta parceria promover mudanças transformadoras na educação em todos os países parceiros da GPE. Com a concretização desta ambição de igualdade de género, alcançada por via das abordagens destacadas neste documento, e com o compromisso com a partilha e aprendizagem enquanto comunidade global, estão criadas as condições necessárias para alcançar ganhos significativos em torno dos objetivos globais da igualdade de género, de uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e de mudanças concretas para as raparigas e os rapazes, em todos os países parceiros da GPE.

GLOSSÁRIO

As definições dos seguintes termos relacionados com o género, com exceção de “integração sistemática das questões de género”, foram retiradas e adaptadas do Glossário da UNESCO: Compreender os conceitos relacionados com a Igualdade de Género e a Inclusão na Educação.⁷⁵

Análise de género: um exercício de avaliação para compreender as diferenças e semelhanças entre raparigas e rapazes, mulheres e homens, no que diz respeito às suas experiências, conhecimentos, condições, necessidades, acesso e controlo sobre recursos, bem como o acesso a benefícios de desenvolvimento e poder na tomada de decisão. É um passo fundamental para a programação e planificação reativa e transformativa em matéria de género.

Dados desagregados por sexo: dados recolhidos e apresentados separadamente para homens/rapazes e mulheres/raparigas. Esta distinção reflete os diferentes papéis, contextos e condições das mulheres e dos homens, das raparigas e dos rapazes, por exemplo, em termos de níveis de literacia e educação, emprego, salários e propriedade de terras. Quando os dados não estão desagregados por sexo, torna-se mais difícil identificar desigualdades reais e potenciais. Os dados desagregados por sexo são necessários para fazer uma análise de género eficaz.

Equidade de género: tratamento justo das raparigas e dos rapazes, das mulheres e dos homens. Uma vez que, historicamente, as mulheres têm sido colocadas em desvantagem, um tratamento justo pode implicar a adoção de medidas temporárias para restabelecer a igualdade entre os géneros. A equidade é, portanto, o meio utilizado para alcançar a igualdade.

Género: os papéis e relações construídas socialmente, os traços de personalidade, as atitudes, os comportamentos, os valores, a influência e o poder relativo que a sociedade atribui aos dois sexos numa base diferencial. O género é relacional e não se refere apenas a mulheres e homens, ou raparigas e rapazes, mas sim à relação que existe entre eles.

Identidade de género: uma experiência íntima e individual do género vivenciada por todos, que pode ou não corresponder à sua fisiologia, ao sexo atribuído à nascença ou às expectativas sociais em relação a esse sexo. Várias pessoas são vítimas de assédio, estigma e exclusão quando a expressão da sua identidade de género, por exemplo através do vestuário, da forma de falar ou dos seus maneirismos, não corresponde às expectativas de quem está ao seu redor.

Igualdade de género: a igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre mulheres e homens e entre raparigas e rapazes. Significa que as mulheres e os homens gozam do mesmo estatuto e têm as mesmas oportunidades para realizar plenamente os seus direitos humanos e o potencial para contribuir para o desenvolvimento nacional, político, económico, social e cultural, tirando, igualmente, proveito dos resultados. A sociedade está de acordo quanto ao valor igualitário das semelhanças, das diferenças e dos diferentes papéis desempenhados por mulheres e homens.

Integração do género (*gender mainstreaming*): ter em consideração as implicações do conjunto de políticas e programas para raparigas e rapazes, mulheres e homens, nas etapas de planificação, implementação, monitorização e avaliação. Isto permite assegurar que todos os géneros beneficiam, de forma igual, dessas intervenções.

Integração sistemática do género (*gender hardwiring*): uma abordagem intencional e responsável que visa incorporar a igualdade de género em todos os sistemas e processos, utilizada para reforçar os aspetos intencionais e responsáveis da integração da perspetiva de género.

Interseccionalidade: a forma como diferentes formas de discriminação e desvantagem se conjugam e se sobrepõem. Características como o género, a idade, a deficiência, a origem étnica, a geografia e o nível socioeconómico podem interseccionar-se entre si, causando múltiplos níveis de desvantagem e marginalização.

75 UNESCO, Glossary: *Understanding concepts around gender equality and inclusion in education*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2022).

Marginalização: o processo que consiste em relegar pessoas a uma posição de menor importância, não permitindo que participem plenamente na sociedade, exerçam os seus direitos ou acedam a serviços disponibilizados a outras pessoas, como a educação.

Normas de género: ideias sobre como os homens e as mulheres se devem comportar, ou seja, as expectativas e padrões estabelecidos para cada género em diferentes sociedades, culturas e comunidades. Estas “regras” tendem a ser assimiladas desde muito cedo, no início de um ciclo de socialização e de construção de estereótipos que perduram ao longo da vida. Dessa forma, as normas de género não correspondem unicamente às expectativas de cada indivíduo a respeito dos outros, mas, igualmente, a respeito de si próprios.

Orçamentação sensível ao género: uma análise do impacto das despesas e receitas reais dos governos com as raparigas e mulheres, em comparação com os rapazes e homens. Não pressupõe a necessidade de orçamentos separados nem procura, unicamente, o aumento das despesas em programas específicos para as mulheres. Na realidade, ajuda os governos e os responsáveis pela planificação a determinar a melhor forma de ajustar as políticas de realocação de recursos para combater as desigualdades de género.

Orientação sexual: a capacidade de uma pessoa sentir uma profunda atração, emocional, afetiva e sexual por pessoas de género diferente, do mesmo género ou de mais do que um género.

Paridade de género: o conceito numérico de representação e participação; trata-se de outro termo para designar a representação equitativa de mulheres e homens numa determinada área. Por exemplo, a paridade de género no ensino primário faz referência ao número de raparigas e rapazes matriculados ou que concluíram as várias etapas de ensino.

Papéis de género: definem as responsabilidades das raparigas e dos rapazes, das mulheres e dos homens, bem como as expectativas quanto a certos aspetos da sua identidade. Os papéis dos géneros variam entre sociedades e no interior das mesmas e podem mudar ao longo do tempo. Tanto as mulheres como os homens podem sofrer de pressão resultante da expectativa de conformidade com os papéis de género em diferentes contextos.

Planificação sensível ao género: processos e procedimentos técnicos e políticos que visam integrar a igualdade de género em todos os aspetos da planificação, inclusivamente na planificação do setor da educação. Este esforço inclui geralmente: um trabalho analítico substancial, como a análise de género, a fim de avaliar as características do ambiente propício à igualdade de género no setor da educação; aplicar uma perspetiva de género à política atual do setor da educação; utilizar os dados disponíveis para analisar desafios à igualdade de género na educação; e avaliar a capacidade institucional para abordar a igualdade de género na educação.

Ponto focal para o género: uma pessoa designada dentro de uma instituição ou organização para estimular e monitorizar o respeito pelas questões da igualdade de género nas operações diárias.

Sexo: refere-se às características biológicas que distinguem as mulheres dos homens.

Violência de género: violência que provoca ou pode provocar sofrimento ou lesão física, sexual ou psicológica dirigida contra uma pessoa em função da discriminação de género, do papel expectável quanto ao género e/ou dos estereótipos associados ao género ou do diferencial de poder entre os géneros.

Violência de género em contexto escolar (SRGBV): diz respeito a atos ou ameaças de violência sexual, física ou psicológica perpetrados dentro e ao redor das escolas, resultantes das normas e estereótipos de género e exacerbados pelas dinâmicas de poder desiguais. Pode referir-se às diferentes experiências de violência e de vulnerabilidade de todos os alunos e alunas, podendo incluir a violência física ou a intimidação, o assédio sexual ou verbal, toques não consentidos, a coerção sexual e a agressão, bem como a violação.

ANEXO 1: RECURSOS E FERRAMENTAS SUPLEMENTARES PARA APOIAR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DE IGUALDADE DE GÊNERO

Dados de nível global e nacional em matéria de gênero e de educação

- [Base de dados mundial sobre a desigualdade na educação \(WIDE\)](#) – UNESCO e Relatório Global de Monitorização da Educação: base de dado abrangente que permite a análise de dados interseccionais sobre indicadores-chave na educação, utilizando inquéritos nacionais de agregados familiares e avaliações de aprendizagem
- [Dados para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Dados sobre o ODS 4 do Instituto de Estatísticas da UNESCO \(UIS\)](#)
- [Quadro de Responsabilização pela Igualdade de Gênero na Educação \(AGEE\)](#)
- [Atlas feminino: Ferramenta interativa da UNESCO para monitorizar o direito à educação para raparigas e mulheres](#)

Ferramentas de análise de gênero

- [Gender Equality in Education Snapshot \(GES\) Toolkit](#) – UNGEI: avaliação rápida da igualdade de gênero na educação e através da educação
- [EiE-GenKit](#) – INEE: um conjunto de recursos crucial para abordar as questões de gênero na educação em situações de emergência

Orientações para a planificação e mudança do sistema educativo

- [Orientações para a elaboração de planos para o setor da educação sensíveis às questões de gênero](#) – GPE, UNGEI e UNICEF: estas orientações incluem a análise de gênero e a orçamentação sensível ao gênero
- [Do Acesso à Autonomização: Ferramentas operacionais para promover a igualdade de gênero dentro da educação e através da educação](#) – UNESCO, 2021
- [Orçamentação, no âmbito da educação, sensível às questões de gênero e inclusiva para com pessoas portadoras deficiência](#) – ActionAid, 2022

Investigação global em matéria de gênero e educação

- [UNESCO, Relatório Mundial sobre a Monitorização da Educação– Relatórios sobre as questões de Gênero](#)
- [Roteiro para a educação de raparigas – EGER 2021: mensagens cruciais para os principais decisores em matéria de educação sensível ao gênero.](#)

Alteração das normas sociais e a violência de gênero em contexto escolar (SRGBV)

- [Plataforma para o Progresso na Aprendizagem e na Inovação ao nível das Normas de Gênero \(ALIGN\)](#)
- [Manual da UNICEF sobre a Transformação das Normas Sociais de 2022](#)
- [Safe to Learn \(“Aprender em Segurança”\) Ferramenta de diagnóstico](#)
- [Recursos da UNGEI sobre a SRGBV: normas mínimas e quadro de monitorização e ferramentas de formação online](#)
- [Mudar as normas prejudiciais para o gênero através de abordagens curriculares](#) – UNGEI

Gênero, educação e interseccionalidade

- [UNGEI 2021 Nenhuma rapariga com deficiência ficará para trás.](#)
- [Relatório de 2022 da UNHCR sobre a educação](#)
- [Guia de recursos e kit de ferramentas sobre a interseccionalidade](#) – ONU Mulheres

Gênero, educação e alterações climáticas

- [Rumo a sistemas educativos com integração do clima: Uma estrutura de ação com 7 dimensões](#) – GPE, 2023
- [Quatro motivos pelos quais as alterações climáticas têm impacto na educação das raparigas em África](#) – Centro Global para a Adaptação (GCA), 2023
- [Relatório sobre o estado e tendências no âmbito da adaptação 2022: Capítulo da Educação](#) – Centro Global para a Adaptação (GCA)
- [Gestão das crises climáticas, ambientais e de biodiversidade dentro e através da educação das raparigas](#) (Ministério das Relações Exteriores, Commonwealth e Desenvolvimento, 2022)

CONTACTO

information@globalpartnership.org

ESCRITÓRIOS

Washington

701 18th St NW
2º andar
Washington, DC 20006
Estados Unidos

Paris

66 Avenue d'Iéna
75116 Paris
França

Bruxelas

Avenue Marnix 17, 2º andar
B-1000, Bruxelas
Bélgica

Foto de capa: Pirakov Aliakbar (à esquerda) e Hasanova Shukrona (à direita), alunos do quarto ano na escola 51, Kulob, Tajiquistão, a estudar juntos na sala de aula.

GPE/Kelley Lynch